

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	29
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	86
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	590.714
Preferenciais	442.783
Total	1.033.497
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	8.798.326	8.429.581
1.01	Ativo Circulante	2.030.794	1.679.363
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	19.602	19.480
1.01.01.01	Caixa e Bancos	236	648
1.01.01.02	Aplicação Financeira	19.366	18.832
1.01.03	Contas a Receber	136.061	148.314
1.01.03.01	Clientes	136.061	148.314
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionarias	136.061	148.314
1.01.06	Tributos a Recuperar	32.193	28.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	32.193	28.066
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.842.938	1.483.503
1.01.08.03	Outros	1.842.938	1.483.503
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	883.341	631.162
1.01.08.03.03	Dividendos a JCP a receber	38.969	38.969
1.01.08.03.04	Outras contas a receber e outros ativos	197.900	41.351
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	722.728	772.021
1.02	Ativo Não Circulante	6.767.532	6.750.218
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.536.828	3.598.523
1.02.01.04	Estoques	12.801	12.801
1.02.01.04.01	Clientes	12.801	12.801
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.524.027	3.585.722
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	4.402	4.339
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	16.080	17.467
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	22.016	20.671
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	32.863	29.853
1.02.01.09.10	Ativo de contrato de concessão	3.448.666	3.513.392
1.02.02	Investimentos	3.105.784	3.062.649
1.02.02.01	Participações Societárias	3.105.784	3.062.649
1.02.03	Imobilizado	59.445	23.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.579	23.218
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	36.866	0
1.02.04	Intangível	65.475	65.828
1.02.04.01	Intangíveis	65.475	65.828

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	8.798.326	8.429.581
2.01	Passivo Circulante	767.818	606.003
2.01.02	Fornecedores	15.843	35.262
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.843	35.262
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	15.843	35.262
2.01.03	Obrigações Fiscais	37.562	36.993
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.017	35.850
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	806	221
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	739	922
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	465.932	425.823
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.383	8.294
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	6.521	6.521
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.862	1.773
2.01.04.02	Debêntures	450.087	417.529
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.462	0
2.01.05	Outras Obrigações	248.481	107.925
2.01.05.02	Outros	248.481	107.925
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7	7
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	62.472	64.188
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	186.002	43.730
2.02	Passivo Não Circulante	3.298.874	3.251.526
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.921.639	2.864.336
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	403.737	402.441
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	19.803	21.426
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	383.934	381.015
2.02.01.02	Debêntures	2.488.590	2.461.895
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.312	0
2.02.02	Outras Obrigações	34.585	43.770
2.02.02.02	Outros	34.585	43.770
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	34.585	43.770
2.02.03	Tributos Diferidos	319.259	320.563
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	319.259	320.563
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	109.947	106.688
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	209.312	213.875
2.02.04	Provisões	23.391	22.857
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.930	22.857
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.939	13.939
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.854	3.833
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.137	5.085
2.02.04.02	Outras Provisões	461	0
2.02.04.02.04	Provisão para desmobilização de ativos	461	0
2.03	Patrimônio Líquido	4.731.634	4.572.052
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	935.510	935.510
2.03.04.01	Reserva Legal	382.964	382.964

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	224.477	224.477
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	270.899	270.899
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	57.170	57.170
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	159.582	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	223.727	278.721
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-23.810	-20.949
3.02.01	Pessoal	-9.910	-9.356
3.02.02	Material	-7.118	-5.917
3.02.03	Serviços de Terceiros	-4.745	-3.568
3.02.04	Depreciação e Amortização	-1.107	-172
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-930	-1.936
3.03	Resultado Bruto	199.917	257.772
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	47.063	67.762
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.553	-28.257
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-20.924	-18.331
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-6.445	-5.740
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.227	-1.312
3.04.02.05	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-3.957	-2.874
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.616	96.019
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.616	96.019
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	246.980	325.534
3.06	Resultado Financeiro	-63.256	-53.820
3.06.01	Receitas Financeiras	13.490	9.232
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.746	-63.052
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	183.724	271.714
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.142	-40.488
3.08.01	Corrente	-20.883	-44.949
3.08.02	Diferido	-3.259	4.461
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	159.582	231.226
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	159.582	231.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,15441	0,22373
3.99.01.02	PN	0,15441	0,22373
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,15441	0,22373
3.99.02.02	PN	0,15441	0,22373

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	159.582	231.226
4.03	Resultado Abrangente do Período	159.582	231.226

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 31/03/2019	Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	220.756	305.015
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.733	42.642
6.01.01.01	Resultado do Período	159.582	231.226
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-80.616	-96.019
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.766	1.484
6.01.01.04	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Ajuste a Valor Justo Sobre Empréstimos e Financ.	6.387	1.369
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	68.467	57.784
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	20.883	44.949
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.259	-4.461
6.01.01.08	Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	91	57
6.01.01.09	Tributos Diferidos	-4.563	-4.982
6.01.01.12	Receita de construção	-7.978	-3.601
6.01.01.13	(Perda) ganho Instrumentos financeiros derivativos	-583	3.792
6.01.01.14	(Provisão) reversão para Parcela Variável	-3.675	147
6.01.01.15	Remuneração de aplicações financeiras	-13.490	-9.232
6.01.01.16	Custo de construção	4.192	0
6.01.01.17	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-114.642	-117.161
6.01.01.18	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6.339	-62.710
6.01.01.19	Amortização do direito de uso	1.568	0
6.01.01.20	Juros sobre passivo de arrendamento	746	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	173.023	262.373
6.01.02.02	Transferência do contas a rec. de conces. e permis. e constituição do ativo de contrato de concessão	246.228	293.845
6.01.02.03	(Aumento) redução no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-7.460	5.690
6.01.02.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-16.981	-61.360
6.01.02.05	(Aumento) redução no saldo de outros ativos	-156.509	5.737
6.01.02.06	(Redução) no saldo de fornecedores	-23.611	-10.717
6.01.02.07	(Redução) aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	-1.716	-7.013
6.01.02.08	Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar	133.072	-13.301
6.01.02.11	Dividendos e JCP Recebidos das Controladas em Conjunto e Coligadas	0	49.492
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-202.046	-267.415
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-238.752	-168.528
6.02.02	Aquisição de coligadas, líquido do caixa adquirido	0	-3.514
6.02.03	Redução (aumento) de capital e AFAC nas controladas	107.498	-116.323
6.02.04	(Adições) no Imobilizado e Intangível	-775	-3.891
6.02.05	(Aumento) de capital nas controladas em conjunto e coligadas	-44.500	-14.200
6.02.07	(Adiantamento) aumento para futuro de capital nas controladas	-25.517	39.041
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-18.588	-17.135
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-1.622	-1.646
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-3.380	-3.659
6.03.04	Pagamento de Debêntures - Juros	-9.214	-8.859
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-2.427	-2.939

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.03.07	Custo de captação de debêntures	0	-32
6.03.10	Pagamento de passivo de arrendamento	-1.945	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	122	20.465
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.480	56.578
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.602	77.043

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.582	0	159.582
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	159.582	0	159.582
5.05.02.06	Adoção Inicial CPC 47	0	0	0	159.582	0	159.582
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	935.510	159.582	0	4.731.634

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	344.626	0	344.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.226	0	231.226
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	113.400	0	113.400
5.05.02.06	Adoção Inicial CPC 47	0	0	0	113.400	0	113.400
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	711.010	344.626	0	4.692.178

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	255.461	311.768
7.01.02	Outras Receitas	255.461	311.768
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.646	-19.572
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.308	-15.225
7.02.04	Outros	-4.338	-4.347
7.03	Valor Adicionado Bruto	232.815	292.196
7.04	Retenções	-3.334	-1.484
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.334	-1.484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	229.481	290.712
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	94.106	105.251
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	80.616	96.019
7.06.02	Receitas Financeiras	13.490	9.232
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	323.587	395.963
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	323.587	395.963
7.08.01	Pessoal	26.399	23.722
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.767	14.686
7.08.01.02	Benefícios	8.314	7.929
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.318	1.107
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.860	77.963
7.08.02.01	Federais	60.556	77.671
7.08.02.02	Estaduais	63	52
7.08.02.03	Municipais	241	240
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.746	63.052
7.08.03.01	Juros	74.854	59.153
7.08.03.03	Outras	1.892	3.899
7.08.03.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	-583	3.792
7.08.03.03.02	Outras	1.729	107
7.08.03.03.03	Arrendamentos	746	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	159.582	231.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	159.582	231.226

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	9.083.071	8.616.294
1.01	Ativo Circulante	2.253.153	1.927.671
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.881	20.869
1.01.01.01	Caixa e bancos	289	825
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	20.592	20.044
1.01.03	Contas a Receber	146.031	159.200
1.01.03.01	Clientes	146.031	159.200
1.01.03.01.01	Contas a receber de concessionárias e permissionárias	146.031	159.200
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.364	35.688
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.364	35.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.045.877	1.711.914
1.01.08.03	Outros	2.045.877	1.711.914
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	1.175.507	798.604
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	5.580	5.580
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	49.148	43.838
1.01.08.03.05	Ativo de contrato de concessão	815.642	863.892
1.02	Ativo Não Circulante	6.829.918	6.688.623
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.718.268	4.686.634
1.02.01.04	Estoques	13.618	13.618
1.02.01.04.01	Clientes	13.618	13.618
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.704.650	4.673.016
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	4.402	4.339
1.02.01.09.05	Outras conta a receber	17.023	18.301
1.02.01.09.06	Dpósitos judiciais	29.561	28.295
1.02.01.09.07	instrumentos financeiros derivativos	32.863	29.853
1.02.01.09.08	Impostos e contribuições sociais	26	26
1.02.01.09.10	Ativo de contrato de concessão	4.620.775	4.592.202
1.02.02	Investimentos	1.985.878	1.912.943
1.02.02.01	Participações Societárias	1.985.878	1.912.943
1.02.03	Imobilizado	60.295	23.218
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	22.579	23.218
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	37.716	0
1.02.04	Intangível	65.477	65.828
1.02.04.01	Intangíveis	65.477	65.828

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	9.083.071	8.616.294
2.01	Passivo Circulante	684.751	646.805
2.01.02	Fornecedores	36.912	58.314
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	36.912	58.314
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	36.912	58.314
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.991	44.768
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	41.912	41.561
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.370	1.525
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.709	1.682
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	498.805	428.280
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	41.016	10.751
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	39.154	8.978
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.862	1.773
2.01.04.02	Debêntures	450.087	417.529
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.702	0
2.01.05	Outras Obrigações	103.043	115.443
2.01.05.02	Outros	103.043	115.443
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7	7
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	65.601	68.553
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	37.435	46.883
2.02	Passivo Não Circulante	3.666.686	3.397.437
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.141.586	2.871.675
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	410.465	409.780
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	26.531	28.765
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	383.934	381.015
2.02.01.02	Debêntures	2.701.191	2.461.895
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	29.930	0
2.02.02	Outras Obrigações	36.927	46.663
2.02.02.02	Outros	36.927	46.663
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	36.927	46.663
2.02.03	Tributos Diferidos	459.362	450.624
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	459.362	450.624
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	171.743	163.738
2.02.03.01.02	PIS e COFINS Diferidos	287.619	286.886
2.02.04	Provisões	28.811	28.475
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	28.350	28.475
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	13.939	13.939
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.890	3.993
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.521	10.543
2.02.04.02	Outras Provisões	461	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.731.634	4.572.052
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	935.510	935.510
2.03.04.01	Reserva Legal	382.964	382.964
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	224.477	224.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	270.899	270.899
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	57.170	57.170
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	159.582	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	342.250	333.966
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-81.181	-40.187
3.02.01	Pessoal	-10.540	-9.971
3.02.02	Material	-63.470	-23.978
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.074	-3.976
3.02.04	Depreciação e Amortização	-1.159	-172
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-938	-2.090
3.03	Resultado Bruto	261.069	293.779
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.935	35.741
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.370	-30.156
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-22.202	-19.593
3.04.02.03	Serviços de Terceiros	-6.656	-6.139
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.227	-1.312
3.04.02.05	Outras Receitas (despesas) operacionais líquidas	-4.285	-3.112
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	28.435	65.897
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	28.435	65.897
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	254.134	329.520
3.06	Resultado Financeiro	-64.178	-51.948
3.06.01	Receitas Financeiras	15.892	11.599
3.06.02	Despesas Financeiras	-80.070	-63.547
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	189.956	277.572
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.374	-46.346
3.08.01	Corrente	-22.369	-47.377
3.08.02	Diferido	-8.005	1.031
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	159.582	231.226
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	159.582	231.226
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	159.582	231.226
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,15441	0,22373
3.99.01.02	PN	0,15441	0,22373
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,15441	0,22373
3.99.02.02	PN	0,15441	0,22373

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	159.582	231.226
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	159.582	231.226
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	159.582	231.226

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	185.827	302.757
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.295	33.075
6.01.01.01	Resultado líquido do período	159.582	231.226
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-28.435	-65.897
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	1.766	1.484
6.01.01.04	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas e Ajuste a Valor Justo Sobre Empréstimos e Financ.	6.765	1.441
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Sobre Debêntures	71.071	57.784
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	22.369	47.377
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.005	-1.031
6.01.01.08	Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis	47	480
6.01.01.09	Tributos Diferidos	733	-4.029
6.01.01.12	Receita de construção	-111.768	-38.136
6.01.01.13	(Perda) ganho Instrumentos financeiros derivativos	-583	3.792
6.01.01.14	Provisão de Parcela Variável	-4.542	731
6.01.01.15	Remuneração de aplicações financeiras	-15.892	-11.599
6.01.01.16	Custo de Construção	60.154	6.078
6.01.01.17	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-124.740	-127.771
6.01.01.18	Correção monetária do ativo de contrato de concessão	2.380	-68.855
6.01.01.19	Amortização do direito de uso	1.620	0
6.01.01.20	Juros sobre passivo de arrendamento	763	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	136.532	269.682
6.01.02.02	Transferência do contas a rec. de conces. e permis. e constituição do ativo de contrato de concessão	271.516	316.581
6.01.02.03	(Aumento) no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	-7.914	-1.798
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social pagos	-17.908	-57.324
6.01.02.05	Redução (aumento) no saldo de outros créditos	-5.299	5.104
6.01.02.06	(Redução) no Saldo de Fornecedores	-81.557	-22.166
6.01.02.07	(Redução) no saldo de taxas regulamentares	-2.953	-6.935
6.01.02.08	(Redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	-19.353	-13.272
6.01.02.11	Dividendos e JCP Recebidos das Controladas em Conjunto e Coligadas	0	49.492
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-406.349	-248.485
6.02.01	(Aumento) no Saldo de Títulos e Valores Mobiliários	-361.074	-226.880
6.02.02	(Aquisição) de coligadas, líquido do caixa adquirido	0	-3.514
6.02.04	(Adições) no Imobilizado e Intangível	-775	-3.891
6.02.05	(Aumento) de capital nas controladas em conjunto e coligadas	-44.500	-14.200
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	220.534	-17.821
6.03.01	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-2.234	-2.257
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-3.439	-3.734
6.03.04	Pagamento de Debêntures - Juros	-9.214	-8.859
6.03.05	Pagamento de Instrumentos Financeiros Derivativos - Juros	-2.427	-2.939
6.03.06	Captação de novos empréstimos	29.858	0
6.03.07	Custo de captação de Debêntures	209.997	-32
6.03.10	Pagamento de passivo de arrendamento	-2.007	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	12	36.451
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.869	56.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.881	93.131

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052	0	4.572.052
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	935.510	0	0	4.572.052	0	4.572.052
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	159.582	0	159.582	0	159.582
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	159.582	0	159.582	0	159.582
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	935.510	159.582	0	4.731.634	0	4.731.634

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552	0	4.347.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	711.010	0	0	4.347.552	0	4.347.552
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	344.626	0	344.626	0	344.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	231.226	0	231.226	0	231.226
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	113.400	0	113.400	0	113.400
5.05.02.06	Adoção Inicial CPC 47	0	0	0	113.400	0	113.400	0	113.400
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	711.010	344.626	0	4.692.178	0	4.692.178

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	383.552	372.123
7.01.02	Outras Receitas	383.552	372.123
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.854	-38.797
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-75.200	-34.093
7.02.04	Outros	-4.654	-4.704
7.03	Valor Adicionado Bruto	303.698	333.326
7.04	Retenções	-3.386	-1.484
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.386	-1.484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	300.312	331.842
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	44.327	77.496
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	28.435	65.897
7.06.02	Receitas Financeiras	15.892	11.599
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	344.639	409.338
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	344.639	409.338
7.08.01	Pessoal	28.029	25.304
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.664	15.660
7.08.01.02	Benefícios	8.974	8.440
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.391	1.204
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	76.958	89.261
7.08.02.01	Federais	76.637	88.933
7.08.02.02	Estaduais	78	84
7.08.02.03	Municipais	243	244
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	80.070	63.547
7.08.03.01	Juros	77.836	59.225
7.08.03.03	Outras	2.234	4.322
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros Derivativos	-583	3.792
7.08.03.03.02	Outros	2.054	530
7.08.03.03.03	Arrendamentos	763	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	159.582	231.226
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	159.582	231.226

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 31 DE MARÇO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Principais acontecimentos até 31 de março de 2019 e eventos subsequentes

03/01/2019 – (i) a “Sudene” aprovou o benefício fiscal de 75% do IRPJ da Aimorés e Paraguaçu pelo prazo de 10 anos, (ii) a AGE da Companhia aprovou a aquisição de 100% das ações representativas do capital total e votante da São João Transmissora de Energia S.A. (“SJT”) e da São Pedro Transmissora de Energia S.A. (“SPT”), e de 51% das ações representativas do capital total e votante da Triangulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. (“TMT”) e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (“VSB”).

04/01/2019 - A “Sudam” aprovou o benefício fiscal de 75% do IRPJ da “ATEIII” e Brasnorte pelo prazo de 10 anos.

08/01/2019 - O Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (“Inema”) concedeu a Licença de Instalação (LI) para as instalações da “EDTE”, que está autorizada a iniciar suas obras.

09/01/2019 - Conclusão do processo de redução de capital da “ATEIII” no valor de R\$140.000.

14/01/2019 - Homologação do Leilão da Eletrobrás 01/2018, referente ao lote L (“Brasnorte”), da participação societária detida pela Eletrobrás de 49,71% na Brasnorte e referente ao lote N (“ETAU”), da participação societária detida pela Eletrobrás de 27,4162% na ETAU.

16/01/2019 - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“Ibama”) emitiu a Licença Prévia (LP) para ESTE.

13/02/2019 - Celebração com a Eletrobrás do contrato de compra e venda das ações detidas pela Eletrobrás na Transirapé, Transleste e Transudeste (“Transmineiras”).

21/02/2019 - Conclusão da captação de recursos de longo prazo da Janaúba, por meio da emissão de debêntures no valor de R\$224.000.

14/03/2019 - Assinatura do contrato de compra e venda de ações detidas pela Eletrobrás na ETAU e Brasnorte.

10/04/2019 - O Instituto Ambiental do Paraná (“IAP”) concedeu a Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI) para as instalações da “Ivaí” (SE Sarandi).

11/04/2019 - A Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) emitiu as certidões de trânsito em julgado e arquivamento dos processos, tornando definitiva a decisão que aprovou sem restrições a aquisição das ações da Brasnorte (representando participação societária de 49,71% do capital total da Brasnorte) e das ações da ETAU (representando participação societária de 23,03% do capital total da ETAU).

17/04/2019 - o Conselho de Administração da Taesa aprovou duas séries na 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, sendo a primeira série da espécie quirografária no valor de R\$ 850.000 e a segunda série da espécie com garantia real no valor de R\$ 210.000.

23/04/2019 - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“Ibama”) emitiu a Licença de Instalação (LI) para “Aimorés”.

Comentário do Desempenho

29/04/2019 - A AGOE aprovou a destinação do Resultado Líquido de 2018 e do montante referente à adoção inicial do CPC 47.

29/04/2019 - A AGOE aprovou a alteração do Estatuto Social da Companhia: (a) exclusão da previsão de membros suplentes na composição do Conselho de Administração da Companhia, (b) aumento do número de conselheiros titulares, dos atuais 11 (onze) membros para 13 (treze) membros titulares, e (c) outorga da competência de aprovação do regimento interno do Conselho de Administração ao próprio Conselho de Administração da Companhia.

02/05/2019 - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("Ibama") emitiu a Licença de Instalação (LI) para a "Ivaí" (SE Paranavaí Norte).

08/05/2019 - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("Ibama") emitiu a Licença de Instalação (LI) para a "Paraguaçu".

13/05/2019 - a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou o Agravo de Instrumento nº 2051956-60.2019.8.26.0000, negando provimento ao mesmo, desta forma cassando o efeito suspensivo anteriormente concedido à Transminas Holding S.A., o qual impedia a transferência definitiva de parte das ações de emissão das sociedades Transirapé, Transleste e Transudeste (em conjunto "Transmineiras") à Taesa, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado com a Eletrobrás em 14 de março de 2019.

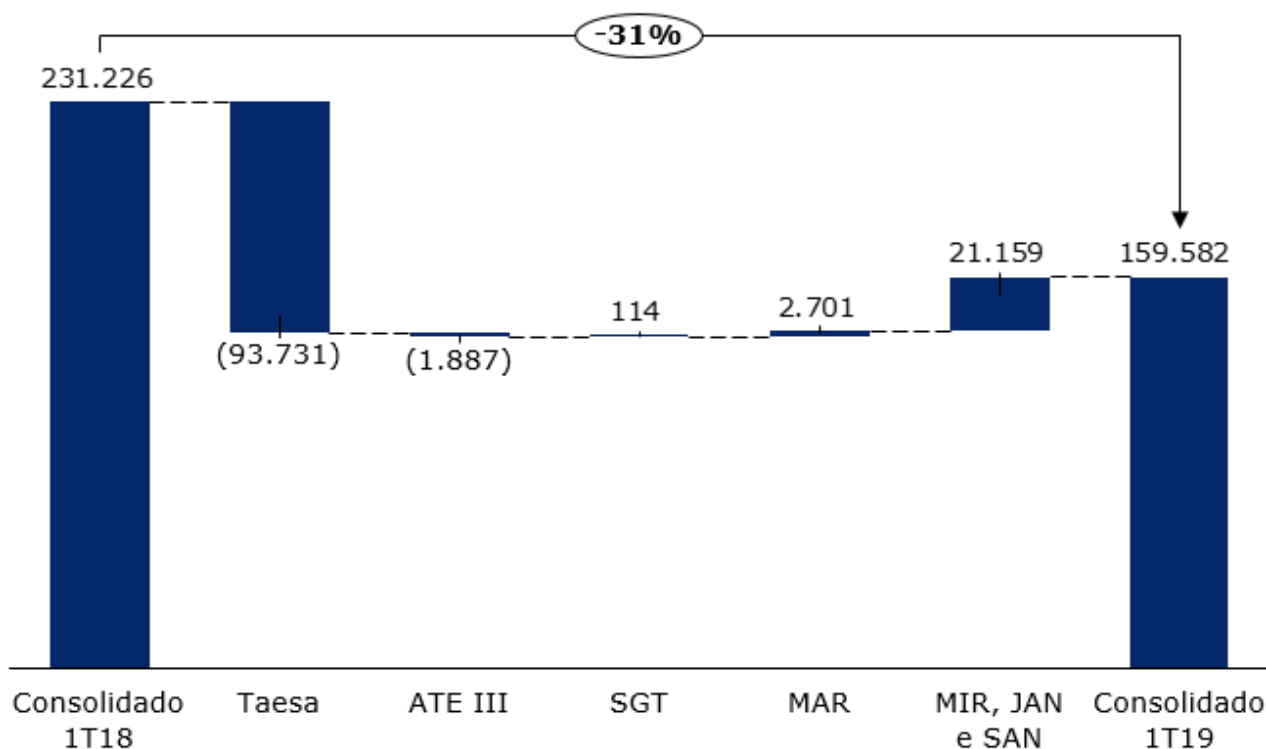
Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 1º TRIMESTRE DE 2019

1. Resultado do Período

A Taesa alcançou um resultado consolidado de R\$159.582 no 1T19, com uma diminuição de 31% em relação ao resultado do 1T18.

Variações do Lucro Líquido - 1T19 x 1T18



1.1 Receita Operacional Líquida (ROL)

A ROL é composta pela receita operacional bruta e pelas deduções sobre a receita bruta.

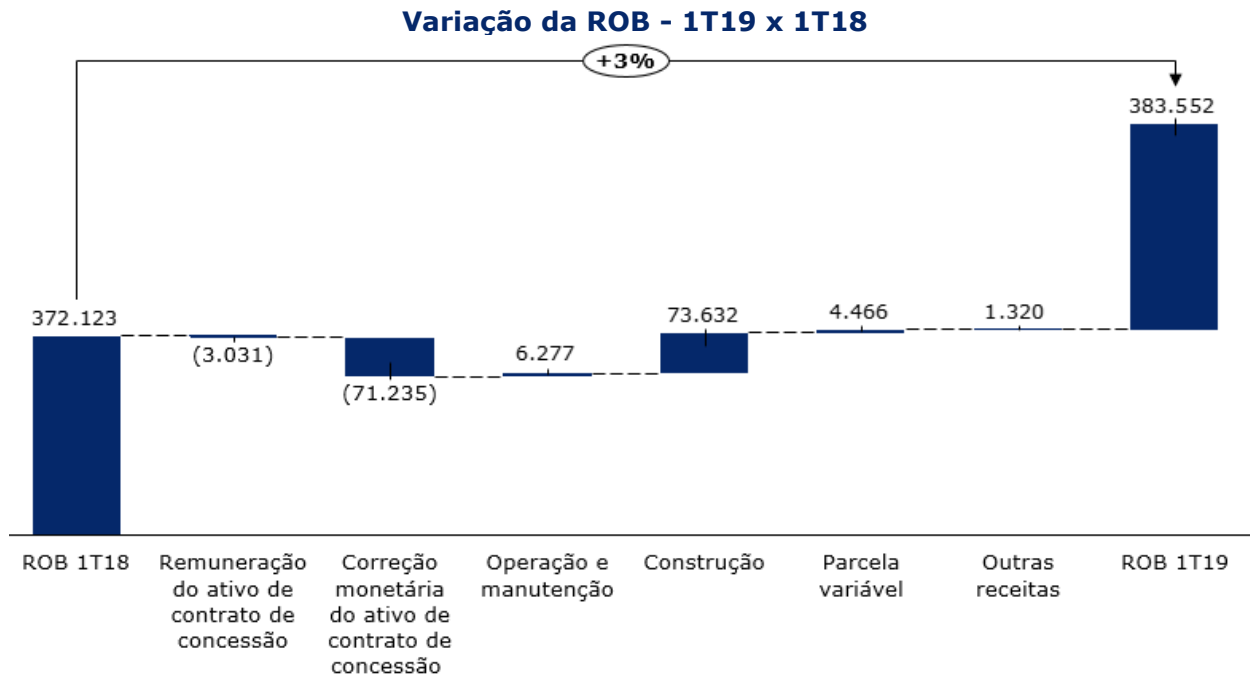
	1T19	1T18	Var.	Var. %
ROL	342.250	333.966	8.284	2,5%

1.1.1 Receita operacional bruta (ROB)

A ROB é composta pela receita de remuneração do ativo financeiro de concessão, correção monetária do ativo financeiro, receita de operação e manutenção (O&M), receita de construção, parcela variável e por outras receitas.

	1T19	1T18	Var.	Var. %
Remuneração do ativo de contrato de concessão	124.740	127.771	(3.031)	-2,4%
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(2.380)	68.855	(71.235)	-103,5%
Operação e manutenção	145.918	139.641	6.277	4,5%
Construção	111.768	38.136	73.632	193,1%
Parcela variável	869	(3.597)	4.466	-124,2%
Outras receitas	2.637	1.317	1.320	100,2%
Total	383.552	372.123	11.429	3,1%

Comentário do Desempenho



Remuneração do ativo de contrato de concessão – calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual (contabilizada somente no período operacional da concessão). A queda de 2,4% entre o 1T19 e o 1T18 se deve, principalmente, à amortização do saldo do ativo pelos recebimentos.

Correção monetária do ativo de contrato de concessão - baseada no reajuste mensal pela inflação. Entre o 1T19 e o 1T18, esta receita registrou uma redução de R\$ 71,2 MM em razão dos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, especialmente o IGP-M, ao qual a Taesa é atualmente mais exposta, que registrou deflação de 0,20% no 1T19 versus uma inflação de 1,72% registrada no 1T18.

Operação e manutenção - o crescimento de 4,5% da receita de O&M na comparação anual se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2018-2019, de 4,26% no IGP-M e 2,86% no IPCA, conforme Resolução Homologatória nº 2.408/18.

Construção – a partir da adoção do CPC 47 as eficiências geradas até então nos projetos em construção passam a ser contabilizadas como margem de construção nessa linha da receita. Lembrando que os juros de remuneração do ativo também são adicionados à receita de construção durante o período pré-operacional. O aumento anual de R\$ 73,6 MM se deve ao crescimento nos investimentos dos empreendimentos em construção, principalmente Miracema e Mariana, cujo crescimento entre os períodos na receita de construção foi de R\$ 62,6 MM e R\$ 7,8 MM, respectivamente.

Parcela Variável (PV) – Melhora em R\$ 4,5 MM entre o 1T19 e o 1T18 devido a: (i) reversões de provisões em 2019 de Novatrans, NTE, ATE II, ATE III e TSN (+R\$ 4,5 MM), que superaram os eventos ocorridos no período (-R\$ 3,7 MM); (ii) provisões na ATE II e ATE III em janeiro de 2018; e (iii) provisões na TSN, STE, NTE, ATE II e NVT no primeiro trimestre de 2018 (-R\$ 3,6 MM).

Outras receitas – Crescimento anual de R\$ 1,3 MM se deve, basicamente, ao aumento da receita com CDE e PROINFA da concessão GTESA.

Comentário do Desempenho

1.1.2 Deduções sobre a ROB

As deduções sobre a ROB são compostas de PIS, COFINS, ISS e quotas para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA.

	1T19	1T18	Var.	Var. %
PIS e COFINS Correntes	(20.040)	(21.984)	1.944	-8,8%
PIS e COFINS Diferidos	(733)	4.029	(4.762)	-118,2%
ISS	(45)	(45)	-	-
Encargos setoriais:				
- RGR	(13.738)	(13.095)	(643)	4,9%
- P&D	(3.625)	(4.183)	558	-13,3%
- TFSEE	(1.381)	(1.570)	189	-12,0%
- CDE e PROINFA	(1.740)	(1.309)	(431)	32,93%
	(20.484)	(20.157)	(327)	1,6%
	(41.302)	(38.157)	(3.145)	8,2%

Deduções da receita bruta: O aumento de 8,2% na comparação anual ocorreu em função do PIS/COFINS que seguiu a elevação na receita bruta em IFRS.

1.2 Custos e despesas operacionais

	1T19	1T18	Var.	Var. %
Pessoal	(32.742)	(29.564)	(3.178)	10,7%
Material	(63.470)	(23.978)	(39.492)	164,7%
Serviços de Terceiros	(11.730)	(10.115)	(1.615)	16,0%
Outros	(5.223)	(5.202)	(21)	0,4%
Subtotal	(113.165)	(68.859)	(44.306)	64,3%
Depreciação e Amortização	(3.386)	(1.484)	(1.902)	128,2%
Custos e despesas	(116.551)	(70.343)	(46.208)	65,7%

Pessoal – O aumento de 10,7% na comparação entre o 1T19 e o 1T18 é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos funcionários referente ao acordo coletivo e pelas horas extras relacionadas à conclusão da implementação do novo sistema SAP.

Material: O aumento de R\$ 39,4 MM entre o 1T19 e o 1T18 se deve, principalmente, à evolução dos empreendimentos em construção de Miracema (+R\$ 34,1 MM) e Mariana (+ R\$ 4,9 MM).

Serviços de terceiros: O crescimento anual de 16,0% é devido, sobretudo, às despesas relacionadas a licenciamento de softwares resultado da implementação do novo sistema SAP.

Depreciação e amortização: A variação de 128,2% foi devido à adoção do CPC 06 (IFRS 16) a partir de janeiro de 2019, onde foi registrado o valor de R\$ 1,7 MM referentes à depreciação do Direito do Uso (taxa linear).

Outros: Essas despesas em 1T19 ficaram em linha com o mesmo período do ano passado, devido a adoção do CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, que gerou um impacto de R\$ 2,0 MM, em 2019, relativo às despesas de aluguéis, que passaram a ser contabilizadas como despesas financeiras e depreciação, em contrapartida no balanço, nas linhas de Passivo de Arrendamento (Circulante e Não Circulante) e no Ativo Direito de Uso (Não Circulante), respectivamente.

Comentário do Desempenho

1.3 Resultado de Equivalência Patrimonial

	1T19	1T18	Var.	Var.%
ETAU	1.331	1.948	(617)	-31,7%
BRASNORTE	816	1.942	(1.126)	-58,0%
AIMORÉS	(581)	468	(1.049)	-224,1%
PARAGUAÇU	2.034	681	1.353	198,7%
IVAÍ	964	635	329	51,8%
GRUPO TBE	23.577	56.500	(32.923)	-58,3%
TRANSMINEIRAS	294	3.723	(3.429)	-92,1%
Total	28.435	65.897	(37.462)	-56,8%

A queda de 56,8% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o primeiro trimestre de 2019 e o mesmo período de 2018, ocorreu principalmente pelos menores índices macroeconômicos registrados entre os períodos comparados, principalmente no resultado da TBE e Transmineiras.

1.4 Resultado Financeiro

	1T19	1T18	Var.	Var.%
Rendimentos de aplicação financeira	15.892	11.599	4.293	37,0%
Receitas financeiras	15.892	11.599	4.293	37,0%
Juros incorridos	(46.025)	(40.230)	(5.795)	14,4%
Variações monetárias	(31.228)	(24.476)	(6.752)	27,6%
Ajuste ao valor justo	-	1.689	(1.689)	-100,0%
	(77.253)	(63.017)	(14.236)	22,6%
Arrendamento financeiro	(763)	-	(763)	-
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.054)	(530)	(1.524)	287,5%
Despesas financeiras	(80.070)	(63.547)	(16.523)	26,0%
Resultado financeiro líquido	(64.178)	(51.948)	(12.230)	23,5%

Com a adoção do CPC 06 (IFRS16) - Operações de arrendamento mercantil, a partir de 1º de janeiro de 2019, as despesas com aluguéis deixaram de ser contabilizadas como outras despesas operacionais, passando a ser contabilizadas como despesas financeiras - arrendamento e depreciação.

O aumento de 37,0% nas Receitas Financeiras, entre os períodos comparados, se deve ao maior volume médio de caixa e à maior rentabilidade alcançada nas aplicações durante o primeiro trimestre de 2019, assim como de um maior CDI registrado neste trimestre (1,61% vs 1,54% no 1T18).

O aumento de 14,4% dos juros incorridos na comparação anual se deu, principalmente, em função da 5ª emissão de debêntures em julho de 2018 no montante de R\$ 548 MM e pela 1ª emissão de debêntures de Janaúba em fevereiro de 2019 no montante de R\$ 224 MM.

O aumento de 27,6% comparado ao 1T18 na linha de variações monetárias ocorreu basicamente devido à 5ª emissão de debêntures da Taesa em julho de 2018 e ao aumento do IPCA entre os períodos comparados (1,61% no 1T19 contra 0,99% no 1T18), indexador da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures.

Já o acréscimo de 287,7% na linha de outras despesas/receitas financeiras a linha foi impactada, principalmente, por despesas financeiras de debêntures de Janaúba e Taesa A variação na linha de "Ajuste a valor justo" entre os períodos comparados ocorreu na ponta passiva por consequência da marcação à mercado da dívida 4131 no 1T18 a valor justo no 1T19.

Comentário do Desempenho

As despesas de arrendamento de R\$ 0,8 MM no 1T19 se referem às despesas de juros, que passam a ser reconhecidas no resultado sobre o passivo de arrendamento, que reflete os pagamentos de aluguel.

1.5 Impostos de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro

	1T19	1T18	Var.	Var.%
IRPJ e CSLL correntes	(22.369)	(47.377)	25.008	52,8%
IRPJ e CSLL diferidos	(8.005)	1.031	(9.036)	-876,4%
	(30.374)	(46.346)	15.972	34,5%

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL – Lucro Real	1T19	1T18	Var.	Var.%
Resultado antes dos impostos	189.956	277.572	(87.616)	-31,6%
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(64.585)	(94.374)	29.789	-31,6%
Equivalência patrimonial	9.668	22.405	(12.737)	-56,8%
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	13.851	21.679	(7.828)	-36,1%
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.439	1.292	147	11,4%
Outros	9.253	2.652	6.601	248,9%
Despesa de IRPJ e CSLL	(30.374)	(46.346)	15.972	-34,5%
Alíquota efetiva	16%	17%		

A variação de 34,5% no Imposto de Renda e a Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado na comparação entre o 1T19 e o 1T18 acompanhou o movimento registrado no lucro antes dos impostos, cuja redução foi de 33,1%. O valor do incentivo fiscal da SUDAM/SUDENE apresentou uma variação negativa de 36,1%, também reflexo do resultado.

A linha de Outros é impactada pelo resultado das empresas com regime de lucro presumido. Portanto, ela é diretamente proporcional ao desempenho destas empresas. Neste trimestre especificamente, essa linha foi impactada pela maior receita de Miracema entre os períodos comparados.

Vale destacar que a alíquota efetiva no 1º trimestre de cada ano é naturalmente maior do que os demais trimestres pois normalmente não se paga dividendos ou JCP nos primeiros três meses do ano, uma vez que a destinação do resultado do ano anterior ocorre somente após a aprovação em AGO.

2. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") prestam serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde março de 2017 até 31 de março de 2020, pelo montante de R\$1.479. O montante será atualizado para os outros exercícios pelo IPCA de março de cada ano. As políticas da Taesa na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de novembro, 20, salas 601 e 602, Centro, cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com o seguinte objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional – SIN;
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento e construção das instalações relativas ao projeto; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento, operação e manutenção de sistemas; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico;
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades, participar de leilões e desenvolver qualquer outra atividade conexa, afim, complementar ou que seja, de qualquer forma, útil para obtenção do objeto social;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalações de outras concessionárias, além de serviços complementares ligados a atividades de engenharia, ensaios e pesquisa.

Controladores - Possuem controle compartilhado da Companhia, por meio de acordo de acionistas, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a ISA Investimentos e Participações do Brasil.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas

Controladas: ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN e SAN.

Controladas em conjunto: ETAU, BRAS, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí (ERB1).

Coligadas: (a) com participação direta: EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta: STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE; e (c) com participação direta e indireta: EBTE, ERTE, EDTE, Transleste, Transirapé e Transudeste. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores e são domiciliadas no Brasil com sede nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (ATE III, SGT, MAR, MIR, JAN, ETAU, BRAS e SAN), Santa Catarina (Lumitrans, STC e ECTE), São Paulo (Aimorés, Paraguaçu, Ivaí (ERB1), ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE, ESDE e ESTE), Minas Gerais (Transleste, Transudeste e Transirapé) e Bahia (EDTE).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos.

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
	Concessão	Aquisição (*)	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km(a) (Não revisado)	SE (b)
		constituição (**)	Término				
Taesa	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 (*) 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.139	8
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 (*) 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	06/06/2006 (*) 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia S.A. ("Gtesa")	30/11/2007 (*) 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	52	3
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 (*) 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	146	4
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ETEO")	31/05/2008 (*) 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 (*) 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 (*) 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 (*) 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 (*) 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Alagoas	383	4
Controladas	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 (*) 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 (**) 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (c)	18/12/2013 (**) 011/2014	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	85	2
	Miracema Transmissora de Energia S.A. ("MIR") (c)	26/04/2016 (**) 017/2016	27/06/2016 27/06/2046	100%	Tocantins	90	3
	Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN") (c)	09/11/2016 (**) 015/2017	10/02/2017 10/02/2047	100%	Minas Gerais e Bahia	542	3
	Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SAN")	11/01/2019 (**) 012/2019	22/03/2018 22/03/2048	100%	Rio Grande do Sul	591	5
Controlada s em Conjunto	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 (*) 082/2002	18/12/2002 18/12/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("BRAS")	17/09/2007 (**) 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessões do Grupo Taesa com participação direta ou indireta							
Concessão	Aquisição(*) constituição(**)	Início	Participação Direta e Indireta	Localidade	Km(a) (Não revisado)	SE (b)	
	Contrato de Concessão	Término					
Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés") (c)	18/11/2016 (**) 04/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais	208	2	
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A. ("Paraguaçu") (c)	18/11/2016 (**) 03/2017	10/02/2017 10/02/2047	50%	Minas Gerais e Bahia	338	2	
Interligação Elétrica Ivaí S.A. ("Ivaí") - (antiga "ERB1") (c)	17/05/2017 (**) 22/2017	11/08/2017 11/08/2047	50%	Paraná	600	5	
Coligadas	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 (*) 042/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	927	5
	Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 (*) 043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 (*) 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 (*) 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	459	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 (*) 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 (*) 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	230	4
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 (*) 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	40	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. ("EBTE")	31/05/2013 (*) 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	782	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 (*) 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE")	31/05/2013 (*) 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Empresa Sudeste de Transmissão de Energia S.A. ("ESTE") (c)	11/11/2016 (*) 19/2017	10/02/2017 10/02/2047	49,98%	Minas Gerais e Espírito Santo	236	2
	Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. ("EDTE") (c)	26/03/2018 (*) 015/2016	01/12/2016 01/12/2046	49,99%	Bahia	167	3
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 (*) 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	30,00%	Minas Gerais	139	2
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 (*) 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	29,00%	Minas Gerais	145	2
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 (*) 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	29,50%	Minas Gerais	61	2
Total em operação					9.868	-	
Total em construção (Valores estimados)					2.858	-	
Total geral					12.726	90	

- (a) Quilômetros ("km") oriundos do leilão para as concessões em construção e oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS para as concessões já em operação.
- (b) O valor total referente às subestações não corresponde a soma das subestações representadas na tabela, pois foram desconsideradas subestações repetidas;
- (c) As linhas de transmissão estão em processo de construção e a data prevista para energização é: MAR, MIR e EDTE - dezembro de 2019, Aimorés, Paraguaçu, JAN e ESTE - fevereiro de 2022 e Ivaí (ERB1) - agosto de 2022.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Leilão Eletrobrás 01/2018 – ETAU/BRAS/Transmineiras/Centroeste – Em 27 de setembro de 2018 a Companhia apresentou lances pelo valor mínimo para os lotes “L” (“Brasnorte”), “M” (“Transmineiras”), “N” (“ETAU”) e “P” (“Centroeste”), referentes às participações societárias das Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”) detidas pela empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobrás”). Para os lotes L, N e P, esses foram os únicos lances propostos não havendo, portanto, ofertas concorrentes. Em relação ao lote M, considerando que o vencedor ganhou o lote com o mesmo preço mínimo ofertado pela Taesa, a Companhia exerceu, nos estritos termos do acordo de acionistas, o seu direito de preferência em cada uma das SPEs dentro do prazo de 60 dias a contar da notificação da Eletrobrás, conforme previsto no edital do leilão. No dia 15 de fevereiro de 2019 foi pago à Eletrobrás o valor de R\$3.919 correspondente a 5% do valor ofertado, referente a primeira parcela da operação. Em relação ao lote P, uma das acionistas da SPE, a CEMIG, exerceu o seu direito de preferência dentro do prazo de 60 dias a contar da notificação da Eletrobrás, conforme previsto no edital do leilão. A Comissão de Alienação do Leilão Eletrobrás, através dos comunicados 12 e 15 do Edital do Leilão Eletrobrás 01/2018, informou que a Diretoria Executiva da Eletrobrás deliberou, em sua unanimidade, sem quaisquer ressalvas, a homologação do objeto do leilão referente aos Lotes L, M e N, encerrando formalmente o processo do leilão. Em 14 de março de 2019 foi assinado o contrato de compra e venda de ações, o qual prevê a implementação de condições suspensivas, tais como aprovação do CADE e anuência de credores da SPE entre outras. Após o atendimento das referidas condições suspensivas ocorrerá o efetivo fechamento da transação com a transferência das ações adquiridas para a Taesa. Em 18 de março de 2019 o CADE aprovou a aquisição das “Transmineiras”. A transferência definitiva de parte das ações de emissão das “Transmineiras” à Companhia estava suspensa temporariamente por força de decisão liminar proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 2051956-60.2019.8.26.0000, porém foi negado provimento ao mesmo, cassando o efeito suspensivo anteriormente concedido a “Transminas Holding S.A.” (vide nota explicativa nº28 – Eventos Subsequentes)

Aquisição de ativos operacionais de transmissão de energia - Em 17 de dezembro de 2018 a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Participações e Outras Avenças com Âmbar Energia Ltda. e Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Milão, tendo como objeto a aquisição pela Companhia (a) de 100% das ações representativas do capital total e votante da São João Transmissora de Energia S.A. e da São Pedro Transmissora de Energia S.A., e (b) de 51% das ações representativas do capital total e votante da Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A. e da Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A. (a “Aquisição”). Pela Aquisição, a Companhia pagará aos Vendedores o valor de R\$942.537 (data base: 31 de dezembro de 2018), sujeito a correção pela variação do CDI desde a data base até a data de fechamento e a ajustes positivos ou negativos, decorrentes, dentre outros, de variação entre o endividamento líquido e capital de giro entre a data base e a data de fechamento, bem como outros ajustes após o fechamento. Ressalva-se que o Contrato prevê em determinadas condições a possibilidade de datas de fechamento distintas para as Sociedades. Caso se concretize, a Aquisição trará para a Companhia cerca de R\$130.113 de RAP adicional (já ponderada pelas participações a serem adquiridas) e 1.227 km de novas linhas de transmissão. Em 19 de fevereiro de 2019 a Aneel aprovou o pedido de anuência de transferência para a Taesa de 100% das ações representativas do capital total da São João Transmissora de Energia S.A. e da São Pedro Transmissora de Energia S.A. Em 14 de março de 2019 a Caixa Econômica Federal (CEF), como financiadora destas SPEs, também anuiu a referida transferência. Para a finalização e a consumação das aquisições existem determinadas condições precedentes definidas no contrato de compra e venda das ações, para as quais ainda são necessárias aprovações e liberações dos órgãos e demais partes envolvidas.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Leilão 004/2018- Sant'ana – Em 20 de dezembro de 2018, durante sessão pública de realização do Leilão 004/2018 na sede da B3 em São Paulo, a Companhia sagrou-se vencedora do Lote 12, que compreende as seguintes instalações no estado do Rio Grande do Sul: (a) LT 230kV Livramento 3 - Alegrete 2, C1, com 125 km; (2) LT 230kV Livramento 3 - Cerro Chato, C1, com 10 km; (3) LT 230kV Livramento 3 - Santa Maria 3, C1, com 247 km; (4) LT 230 kV Livramento 3 - Maçambará 3, C1, com 205 km; (5) SE 230 kV Maçambará 3; (6) SE 230kV Livramento 3, com Compensação Síncrona (-100/+100) Mvar e (7) Trechos de LT em 230kV entre a SE Maçambará 3 e as LTs 230kV Maçambará – Santo Ângelo C1/C2 – 2 x 4 km. A Companhia ofertou deságio de 38,8% equivalente a uma RAP de R\$58.956. O empreendimento está localizado no Rio Grande do Sul, tem 591km de extensão, um capex Aneel de R\$610.365, com prazo de construção de 48 meses. Em 11 de janeiro de 2019 foi constituída a SPE Sant'ana Transmissora de Energia Elétrica S.A. e em 22 de março de 2019 foi assinado a contrato de concessão com a Aneel.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As informações intermediárias individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as informações Intermediárias consolidadas, identificadas como Consolidado, foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. A Companhia optou por apresentar essas informações intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das informações intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As informações intermediárias consolidadas incluem as informações intermediárias da Taesa e de entidades controladas, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem poder sobre a investida, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar este poder para afetar seus retornos.

As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas para divulgação pela Administração e analisadas pelo Conselho Fiscal em 14 de maio de 2019.

2.2 Base de mensuração

As informações intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações intermediárias individuais e consolidadas o uso de estimativas e julgamentos é uniforme com aquele utilizado quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.5 Informações por segmento

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado junto ao ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST.

2.6. Sazonalidade

O Grupo Taesa não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações intermediárias, as principais práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, publicadas no Diário Oficial em 29 de abril de 2019, exceto pela adoção do CPC 06 (R2) – IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil, em 1º de janeiro de 2019. Desta forma, essas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas informações financeiras do exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

3.1. Normas e interpretações novas e revisadas

CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil - O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional *IFRS 16 – Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada retrospectiva e optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. Os impactos relativos à adoção do CPC 06 (R2) em 1º de janeiro de 2019 estão divulgados na nota explicativa nº 8 – Arrendamento Financeiro.

Melhorias anuais - Ciclo 2015-2017 - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu estas transações ou eventos passados. Embora o CPC tenha sido atualizado pela revisão nº 13, pela legislação tributária brasileira essa melhoria não é aplicável à Companhia.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda - A Interpretação (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que será emitida como ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: (i) se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente; (ii) as suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; (iii) como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e (iv) como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia considera cada tratamento tributário incerto em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos e não identificou impactos na adoção da norma em 1º de janeiro de 2019.

4. REAPRESENTAÇÃO DE SALDOS COMPARATIVOS AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019

Com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" e na adoção do CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia procedeu aos ajustes e reclassificações dos saldos em 31 de março de 2018 com o objetivo de apresentar tais valores para efeito de comparabilidade das Informações Intermediárias de 31 de março de 2019. Abaixo um quadro descritivo da reapresentação dos valores:

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do período	Consolidado			Controladora		
	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste
Receita Operacional Líquida	316.705	333.966	17.261	278.721	278.721	-
Custos operacionais - Material	(18.843)	(23.978)	(5.135)	(5.917)	(5.917)	-
Resultado Bruto	281.653	293.779	12.126	257.772	257.772	-
Resultado de equivalência patrimonial	62.629	65.897	3.268	82.070	96.019	13.949
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas, e dos impostos e contribuições	314.126	329.520	15.394	311.585	325.534	13.949
Resultado antes dos impostos e contribuições	262.178	277.572	15.394	257.765	271.714	13.949
Impostos e contribuições	(44.901)	(46.346)	(1.445)	(40.488)	(40.488)	-
Resultado do período	217.277	231.226	13.949	217.277	231.226	13.949

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste
Resultado do período	217.277	231.226	13.949	217.277	231.226	13.949
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	217.277	231.226	13.949	217.277	231.226	13.949

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Consolidado			Controladora		
	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste
Lucros acumulados - Adoção inicial CPC 47	-	113.400	113.400	-	113.400	113.400
Resultado do período	217.277	231.226	13.949	217.277	231.226	13.949
Total do Patrimônio Líquido	4.564.829	4.692.178	127.349	4.564.829	4.692.178	127.349

Fluxo de Caixa	Consolidado			Controladora		
	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste
Resultado do período	217.277	231.226	13.949	217.277	231.226	13.949
Resultado de equivalência patrimonial	(62.629)	(65.897)	(3.268)	(82.070)	(96.019)	(13.949)
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(130.996)	-	130.996	(117.161)	-	117.161
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	(68.571)	-	68.571	(62.710)	-	62.710
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	(127.771)	(127.771)	-	(117.161)	(117.161)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-	(68.855)	(68.855)	-	(62.710)	(62.710)
Receita de construção e indenização	(16.851)	(38.136)	(21.285)	(3.601)	(3.601)	-
Impostos e contribuições	44.901	46.346	1.445	40.488	40.488	-
Tributos diferidos	(4.963)	(4.029)	934	(4.982)	(4.982)	-
Redução das contas a rec. de conc. e perm. e do ativo de contrato de concessão, líquidos	311.297	316.581	5.284	293.845	293.845	-
Outros itens	13.292	13.292	-	23.929	23.929	-
Fluxo de caixa operacional	302.757	302.757	-	305.015	305.015	-
Fluxo de caixa de investimento	(248.485)	(248.485)	-	(267.415)	(267.415)	-

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Fluxo de caixa de financiamento	(17.821)	(17.821)	-	(17.135)	(17.135)	-
Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa	36.451	36.451	-	20.465	20.465	-

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado			Controladora		
	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste
Receitas	353.928	372.123	18.195	311.768	311.768	-
Insumos adquiridos de terceiros	(33.662)	(38.797)	(5.135)	(19.572)	(19.572)	-
Valor adicionado bruto	320.266	333.326	13.060	292.196	292.196	-
Valor adicionado líquido produzido	318.782	331.842	13.060	290.712	290.712	-
Valor recebido em transferência	74.228	409.338	335.110	91.302	395.963	304.661
Resultado de equivalência patrimonial	62.629	65.897	3.268	82.070	96.019	13.949
Valor adicionado total a distribuir	393.010	409.338	16.328	382.014	395.963	13.949
Pessoal	25.304	25.304	-	23.722	23.722	-
Impostos	86.882	89.261	2.379	77.963	77.963	-
Remuneração de capitais de terceiros	63.547	63.547	-	63.052	63.052	-
Remuneração de capitais próprios	217.277	231.226	13.949	217.277	231.226	13.949
Distribuição do valor adicionado	393.010	409.338	16.328	382.014	395.963	13.949

Receita Operacional	Consolidado			Controladora		
	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste	ITR de 31/03/2018 (Apresentado)	ITR de 31/03/2018 (Reapresentado)	Ajuste
Nota explicativa nº 22						
Remuneração do ativo financeiro de concessão	130.996	-	(130.996)	117.161	-	(117.161)
Correção monetária do ativo financeiro de concessão	68.571	-	(68.571)	62.710	-	(62.710)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	127.771	127.771	-	117.161	117.161
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	-	68.855	68.855	-	62.710	62.710
Operação e manutenção	139.790	139.641	(149)	128.994	128.994	-
Construção e indenização	16.851	38.136	21.285	3.601	3.601	-
Outras receitas	(2.280)	(2.280)	-	(698)	(698)	-
Receita operacional bruta	353.928	372.123	18.195	311.768	311.768	-
PIS e COFINS diferidos	4.963	4.029	(934)	4.982	4.982	-
Outras deduções	(42.186)	(42.186)	-	(38.029)	(38.029)	-
Deduções da Receita	(37.223)	(38.157)	(934)	(33.047)	(33.047)	-
Receita operacional líquida	316.705	333.966	17.261	278.721	278.721	-

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	289	825	236	648
Aplicações financeiras	20.592	20.044	19.366	18.832
	20.881	20.869	19.602	19.480

Taxa de rentabilidade anual acumulada	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
CDB e Operações Compromissadas	99,85% do CDI	102,31% do CDI	99,69 % do CDI	102,26% do CDI

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Investimento em cotas de fundos	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
"Pampulha" (a)	594.884	395.106	408.800	227.782
"Itaú Gold" (b)	434	429	434	429
"BTG Pactual Crédito Corporativo" (c)	183.281	180.635	183.281	180.635
"BTG Pactual CDB Plus" (d)	182.991	65.292	76.910	65.174
"Af Invest Geraes" (e)	213.917	157.142	213.916	157.142
Outros	4.402	4.339	4.402	4.339
	1.179.909	802.943	887.743	635.501
Ativo circulante	1.175.507	798.604	883.341	631.162
Ativo não circulante	4.402	4.339	4.402	4.339

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

(b) Fundo Itaú Gold Corporate Crédito Privado - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco Itaú, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

(c) Fundo BTG Pactual Crédito Corporativo - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

(d) Fundo BTG Pactual CDB Plus - fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

(e) Fundo Af Invest Geraes - fundo não exclusivo, sob administração e gestão da AF Invest Administração de Recursos LTDA, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2017
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	105,13% do CDI	102,65% do CDI	105,13% do CDI	102,65% do CDI
Fundo Itaú Gold Corporate Crédito Privado	100,73% do CDI	101,27% do CDI	100,73% do CDI	101,27% do CDI
Fundo BTG Pactual Crédito Corporativo	115,54% do CDI	117,77% do CDI	115,54% do CDI	117,77% do CDI
Fundo BTG Pactual CDB Plus	102,13% do CDI	102,71% do CDI	102,13% do CDI	102,71% do CDI
Fundo Af Invest Geraes	114,40% do CDI	117,20% do CDI	114,40% do CDI	117,20% do CDI

Taxa média de rentabilidade Anual dos TVM	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Fundos, CDB e Compromissadas	109,01% do CDI	104,41% do CDI	109,66% do CDI	104,73% do CDI

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS, E ATIVO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

Contas a receber de concessionárias e permissionárias	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Concessionárias e permissionárias	163.477	181.188	150.069	165.997
Parcela variável (a)	(3.828)	(8.370)	(1.207)	(4.882)
	159.649	172.818	148.862	161.115
Circulante	146.031	159.200	136.061	148.314
Não circulante (b)	13.618	13.618	12.801	12.801

- (a) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios de 2019 e 2018, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.
- (b) Clientes que não concordaram com os valores determinados pelo ONS e cobrados pela Taesa, na disponibilização de energia elétrica, e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

Movimentação da parcela variável	31/12/2018	Adição (*)	Reversão (*)	31/03/2019
Consolidado	(8.370)	2.932	1.610	(3.828)
Controladora	(4.882)	1.855	1.820	(1.207)

(*) Líquido do valor descontado.

Saldo de clientes por vencimento	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2019	31/12/2018
Consolidado	143.119	933	19.425	163.477	181.188
Controladora	130.952	895	18.222	150.069	165.997

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Mutações do ativo de contrato de concessão						
Concessão	31/12/2018	Adição (b)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/03/2019
TSN	585.450	6.494	13.612	(776)	(15.523)	589.257
Munirah	67.927	29	1.929	(96)	(5.864)	63.925
Gtesa	24.110	7	615	(38)	(925)	23.769
Patesa	106.628	3	1.941	(157)	(5.293)	103.122
ETEO	352.449	515	8.675	(587)	(11.948)	349.104
NVT	1.014.653	856	38.416	(1.385)	(74.346)	978.194
NTE	319.181	(33)	10.730	(459)	(22.313)	307.106
STE	261.437	(69)	6.333	(396)	(17.573)	249.732
ATE	611.105	(49)	13.773	(968)	(31.959)	591.902
ATE II	942.473	225	18.618	(1.477)	(44.556)	915.283
Total controladora	4.285.413	7.978	114.642	(6.339)	(230.300)	4.171.394
Circulante	772.021					722.728
Não circulante	3.513.392					3.448.666
Mariana	154.011	13.556	-	-	-	167.567
ATE III	573.324	394	9.299	3.394	(22.381)	564.030
SGT	65.353	-	799	565	(1.124)	65.593
Miracema	287.009	83.731	-	-	-	370.740
Janaúba	90.984	6.109	-	-	-	97.093
Total consolidado	5.456.094	111.768	124.740	(2.380)	(253.805)	5.436.417
Circulante	863.892					815.642
Não circulante	4.592.202					4.620.775

Mutações do ativo de contrato de concessão							
Concessão	Adoção inicial CPC 47	Adição (b)	Adiantamentos e (compensações) líquidos (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2018
TSN	610.385	23.313	-	55.588	37.741	(141.577)	585.450
Munirah	76.498	568	-	8.542	5.295	(22.976)	67.927
Gtesa	25.055	92	-	2.490	1.985	(5.512)	24.110
Patesa	111.161	11	-	8.274	7.921	(20.739)	106.628
ETEO	334.333	2.139	-	34.206	28.550	(46.779)	352.449

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Mutação do ativo de contrato de concessão							
Concessão	Adoção inicial CPC 47	Adição (b)	Adiantamentos e (compensações) líquidos (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2018
NVT	1.102.211	39.351	(125)	150.124	74.677	(351.585)	1.014.653
NTE	345.386	7.442	(1.611)	45.659	26.398	(104.093)	319.181
STE	280.376	2.288	(109)	26.950	20.702	(68.770)	261.437
ATE	630.247	14	(63)	57.119	49.011	(125.223)	611.105
ATE II	948.085	19.761	(1.500)	76.846	73.784	(174.503)	942.473
Total controladora	4.463.737	94.979	(3.408)	465.798	326.064	(1.061.757)	4.285.413
Circulante							772.021
Não circulante							3.513.392
Mariana	112.985	41.026	-	-	-	-	154.011
ATE III	601.220	1.006	(116)	38.525	20.851	(88.162)	573.324
SGT	66.348	-	-	3.224	289	(4.508)	65.353
Miracema	77.193	209.816	-	-	-	-	287.009
Janaúba	22.408	68.576	-	-	-	-	90.984
Total consolidado	5.343.891	415.403	(3.524)	507.547	347.204	(1.154.427)	5.456.094
Circulante							863.892
Não circulante							4.592.202

- (a) Adiantamentos a fornecedores referentes aos custos ainda não incorridos na construção e, portanto, ainda não constituem custo de construção nesta data.
- (b) As principais adições estão relacionadas aos reforços, às subestações e às linhas de transmissão em fase de construção:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
Novas Construções						
<u>MAR</u> LT Itabirito II Vespasiano II	Implantação de nova linha de transmissão	Contrato Concessão ANEEL 011/2014	R\$14.678	R\$107.000	Dezembro de 2019	ADE da RFB nº 394/2014
<u>MIR</u> Miracema - Lajeado C2Lajeado - Palmas C1 e C2 SE Palmas SE Lajeado	Implantação das linhas de transmissão, construção e subestações associadas.	Contrato Concessão ANEEL 017/2016	R\$62.138	R\$275.483	Dezembro de 2019	ADE da RFB nº 899/2014
<u>JAN</u> Pirapora 2 - Janaúba 3 Janaúba 3 - Bom Jesus da Lapa 2	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão ANEEL 015/2017	R\$185.422	R\$959.604	Fevereiro de 2022	ADE da RFB nº 119/2017
Reforços						
<u>NVT</u> SE Miracema, Gurupi e Serra da Mesa	Implantação Banco de Capacitor	REA nº 6.306/2017 e REA nº 6.369/2017	R\$35.355	R\$234.511	Outubro de 2019	ADE da RFB nº 09/2017 - Gurupi e Miracema. ADE da RFB nº 08/2017 - Gurupi e Serra da Mesa
<u>NVT</u> Samambaia	Melhoria do Sistema SCADA - COC TAESA	Plano de Modernização de Instalações 2014-2017	(*)	(*)	Julho de 2019	Não há
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle (Malha Fechada e Malha Aberta) do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Agosto de 2019	Não há
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Controle de Disparo e Monitoramento das válvulas de tiristores do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Agosto de 2019	Não há
<u>TSN</u> SE Bom Jesus da Lapa II	Modernização do Sistema de Resfriamento do Compensador Estático	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	(*)	(*)	Agosto de 2019	Não há
<u>TSN</u>	Modernização do Sistema de Controle	REA nº 5.861/2016	(*)	(*)	Junho de 2019	Não há

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
SE Bom Jesus da Lapa II						
<u>TSN</u> SE Rio das Éguas	Instalação de Reator de Barra	REA nº 6.603/2017	(*)	R\$16.700	Junho de 2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 04/2018
<u>STE</u> SE Santa Rosa	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	R\$350	Outubro de 2019	Não há
<u>STE</u> SE Santo Ângelo	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	R\$350	Outubro de 2019	Não há
<u>ATE</u> SE Assis	Aquisição e instalação de 2 Conjuntos de Banco Baterias e Retificadores Telecom	Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.861/2016	(*)	R\$400	Outubro de 2019	Não há
<u>MAR</u> SE Itabirito 2	I - Adequação do Módulo Geral com a implantação de um Módulo de Infraestrutura de Manobra, arranjo Disjuntor e Meio, II - Extensão de Barramentos	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.753/2017	R\$674	R\$5.565	Junho de 2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 134/2018
<u>MIR</u> SE Miracema	I - Adequação do módulo geral da Subestação Miracema II - Implantação de um módulo de interligação de barras, arranjo disjuntor e meio	Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.755/2017	R\$1.580	R\$12.635	Dezembro de 2019	Ato Declaratório Executivo da RFB nº 127/2018.
<u>Munirah</u> <u>SE Camaçari</u>	Substituição de cabo para-raio por cabo OPGW da LT 500 kV Camaçari II / Sapeaçú	PAR 2018-2020	(*)	R\$3.200	Dezembro de 2020	Aguardando Resolução Autorizativa
<u>TSN</u> <u>Serra da Mesa</u>	Instalação de registrador de perturbação digital - RDP com a funcionalidade de sincrofasores (PMU) e TW.	PAR 2018-2020	(*)	R\$246	Setembro de 2019	Aguardando Resolução Autorizativa
<u>TSN</u> <u>Serra da Mesa II</u>	Instalação de registrador de perturbação digital - RDP com a funcionalidade de sincrofasores (PMU) e TW.	PAR 2018-2020	(*)	R\$407	Setembro de 2019	Aguardando Resolução Autorizativa
Melhorias						
<u>ATE II</u> SE Ribeiro Gonçalves	Substituição de MACH2 - Sistema de Proteção A e B OWS - Computador de Eventos e controle GWS - Computador de Interface Placas de Interface Ópticas dos Transformadores de corrente Ópticos Vão BZ - RGV/SJI - 05L4 Banco de Capacitor Série - BCS2 Banco de Capacitor Série - BCS1 (ABB/MACH2)	Plano de Modernização o de Instalações 2016-2019	R\$710 estimada	R\$6.000	Junho de 2019	Não há
<u>ATE II</u> SE Ribeiro Gonçalves	Substituição de MACH2 - Sistema de Proteção A e B OWS - Computador de Eventos e controle GWS - Computador de Interface Placas de Interface Ópticas dos Transformadores de corrente Ópticos Vão BX - COL/RGV - 05F1 Banco de Capacitor Série - BCS1 Banco de Capacitor Série - BCS2 (ABB/MACH2)	Plano de Modernização o de Instalações 2016-2019	R\$710 estimada	R\$6.000	Junho de 2019	Não há
<u>ATE III</u> SE Colinas	Substituir o sistema de controle UTR (Unidade Terminal Remota) do serviço auxiliar atual Saitel 2000DP (Telvent) por outro fabricante atual.	Plano de Modernização o de Instalações 2016-2019	R\$35	R\$236	Mai de 2019	Não há
<u>ATE III</u> SE Itacaiúnas	Substituir o sistema de controle UTR (Unidade Terminal Remota) do serviço auxiliar	Plano de Modernização o de	R\$48	R\$320	Mai de 2019	Não há

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida - RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (**)
	atual Saitel 2000DP (Telvent) por outro fabricante atual.	Instalações 2016-2019				
ATE III SE Carajás	Substituir o sistema de controle UTR (Unidade Terminal Remota) do serviço auxiliar atual Saitel 2000DP (Telvent) por outro fabricante atual.	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	R\$35	R\$232	Maior de 2019	Não há
ATE III SE Marabá	Substituir o sistema de controle UTR (Unidade Terminal Remota) do serviço auxiliar atual Saitel 2000DP (Telvent) por outro fabricante atual.	Plano de Modernização de Instalações 2016-2019	R\$28	R\$186	Maior de 2019	Não há

(*) Será estabelecido somente após a conclusão do projeto.

(**) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

- Principais características dos contratos de concessão - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Não houve mudanças nos contratos neste período.
- Estrutura de formação da RAP - as concessões das linhas de transmissão de energia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Concessão	Ciclo 2018-2019			Ciclo 2017-2018			Ciclo 2016-2017		
	Resolução 2.408 de 28/06/2018			Resolução 2.258 de 27/06/2017			Resolução 2.098 de 28/06/2016		
	Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017		
	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
TSN	279.621	(13.793)	265.828	427.856	(34.718)	393.138	494.919	(40.618)	454.301
Gtesa		(379)		9.361	(550)	8.811	9.216	(531)	8.685
Munirah	38.039	(1.476)		36.484	(2.146)	34.338	35.919	(2.629)	33.290
Patesa	26.074	(1.015)		25.009	(1.280)	23.729	23.933	(810)	23.123
ETEO	91.909	(3.489)		88.078	(7.457)	80.621	112.775	(12.394)	100.381
Novatrans	413.509	(20.780)	392.729	517.164	(30.415)	486.749	512.214	(37.356)	474.858
STE	85.256	(2.963)		81.598	(4.969)	76.629	80.334	(6.056)	74.278
NTE	125.210	(6.196)	119.014	153.424	(9.020)	144.404	151.048	(10.708)	140.340
ATE	155.389	(6.029)	149.360	149.037	(8.765)	140.272	146.729	(10.687)	136.042
ATE II	240.250	(9.118)	231.132	230.278	(13.496)	216.782	226.671	(16.542)	210.129
ATE III	119.808	(4.361)	115.447	116.302	(6.896)	109.406	112.228	(8.215)	104.013
SGT		(136)		5.204	(674)	4.530	5.023	25	5.048
	1.586.062			1.839.795	(120.386)	1.719.409	1.911.009	(146.521)	1.764.48

- Revisão Tarifária - Em junho de 2018, em decorrência da realização da revisão tarifária descrita na cláusula sétima do contrato de concessão assinado entre a investida SGT e a ANEEL, que ocorre a cada 5 (cinco) anos, a Companhia teve a sua Receita Anual Permitida - RAP reduzida a partir do ciclo 2018-2019, através da Resolução Homologatória 2.405/2018 - ANEEL. Esta redução na RAP para o próximo ciclo até o final do contrato de concessão impacta diretamente o fluxo de recebimento esperado do ativo de contrato de concessão (contas a receber) da Companhia, sendo essa redução no do ativo de contrato de concessão registrada diretamente no resultado do período na rubrica "Receita operacional líquida" no montante aproximado de R\$1.273.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Direito de Uso - Não circulante	31/12/2018	Adição	Amortização	31/03/2019
Controladora				
Imóveis	-	25.799	(839)	24.960
Automóveis	-	12.635	(729)	11.906
	-	38.434	(1.568)	36.866
Consolidado				
Imóveis	-	25.799	(839)	24.960
Automóveis	-	13.537	(781)	12.756
	-	39.336	(1.620)	37.716

Passivo de Arrendamento	31/12/2018	Adição	Juros	Pagamento	31/03/2019
Controladora					
Imóveis	-	25.338	508	(1.072)	24.774
Automóveis	-	12.635	238	(873)	12.000
	-	37.973	746	(1.945)	36.774
Circulante	-				7.462
Não circulante	-				29.312
Consolidado					
Imóveis	-	25.338	508	(1.072)	24.774
Automóveis	-	13.538	255	(935)	12.858
	-	38.876	763	(2.007)	37.632
Circulante	-				7.702
Não circulante	-				29.930

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar / IRRF sobre aplicações financeiras	25.699	22.411	18.424	15.617
PIS e COFINS a compensar	5.205	5.196	5.071	5.062
Impostos e contribuições retidos	7.971	7.024	7.631	6.752
Outros	1.489	1.057	1.067	635
Ativo circulante	40.364	35.688	32.193	28.066
IRRF sobre aplicações financeiras	26	26	-	-
Ativo não circulante	26	26	-	-
IRPJ e CSLL correntes	17.240	13.661	14.715	11.578
PIS e COFINS	18.891	21.663	16.461	19.300
INSS e FGTS	2.233	4.038	1.690	2.997
ISS	1.709	1.682	739	922
ICMS	2.371	1.525	806	221
Outros	3.547	2.199	3.151	1.975
Passivo circulante	45.991	44.768	37.562	36.993

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas.

Consolidado	31/03/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
Taesa	368.889	(478.836)	(109.947)	385.043	(491.731)	(106.688)
JAN	5.838	(19.905)	(14.067)	558	(14.901)	(14.343)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ATE III	7.448	(37.015)	(29.567)	8.490	(35.934)	(27.444)
SGT	-	(2.217)	(2.217)	-	(2.205)	(2.205)
MIR	-	(10.881)	(10.881)	-	(8.413)	(8.413)
MAR	-	(5.064)	(5.064)	-	(4.645)	(4.645)
Passivo não circulante	382.175	(553.918)	(171.743)	394.091	(557.829)	(163.738)
Total	382.175	(553.918)	(171.743)	394.091	(557.829)	(163.738)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	330.527	337.503	330.527	337.503
Diferenças temporárias (b)	41.024	51.293	38.362	47.540
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	10.624	5.295	-	-
Ativo não circulante	382.175	394.091	368.889	385.043
Diferenças temporárias (b)	(553.918)	(557.829)	(478.836)	(491.731)
Passivo não circulante	(553.918)	(557.829)	(478.836)	(491.731)
Saldo líquido	(171.743)	(163.738)	(109.947)	(106.688)

(a) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas que adotam o lucro real e são compostas da seguinte forma:

	Base de cálculo 31/03/2019	IRPJ e CSLL	
		31/03/2019	31/12/2018
Consolidado			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	26.030	8.851	12.161
Provisão para participação nos lucros	5.195	1.766	5.255
Provisão para fornecedores	8.004	2.721	8.038
Provisão para parcela variável	2.606	886	2.154
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	25.551	8.687	8.957
Tributos com exigibilidade suspensa	12.041	4.094	3.841
Variação cambial - regime de caixa	41.231	14.019	10.887
Total do ativo		41.024	51.293
Instrumentos Financeiros - derivativos	(32.863)	(11.173)	(10.150)
Ajuste a valor de mercado - dívida	(7.297)	(2.481)	(343)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(34.769)	(11.822)	(7.170)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(1.554.238)	(528.442)	(540.166)
Total do passivo		(553.918)	(557.829)
Controladora			
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	23.691	8.055	11.177
Provisão para participação nos lucros	5.068	1.723	5.180
Provisão para fornecedores	7.932	2.697	7.422
Provisão para parcela variável	1.207	410	1.660
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	22.930	7.796	7.771
Tributos com exigibilidade suspensa	10.772	3.662	3.442
Variação cambial - regime de caixa	41.231	14.019	10.888
Total do ativo		38.362	47.540
Instrumentos Financeiros - derivativos	(32.863)	(11.173)	(10.150)
Ajuste a valor de mercado - dívida	(7.297)	(2.481)	(343)
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(20.766)	(7.060)	(7.170)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(1.347.418)	(458.122)	(474.068)
Total do passivo		(478.836)	(491.731)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Crédito fiscal incorporado - ágio	Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora
2019	20.929	10.928	9.733	-	31.857	30.662
2020	19.235	13.181	12.011	4.834	37.250	31.246
2021	18.974	2.896	2.599	-	21.870	21.573
2022	20.355	-	-	-	20.355	20.355
2023	21.761	14.019	14.019	5.790	41.570	35.780
2024 - 2026	74.784	-	-	-	74.784	74.784
2027 - 2029	89.995	-	-	-	89.995	89.995
2030 - 2032	46.101	-	-	-	46.101	46.101
2033 - 2035	12.273	-	-	-	12.273	12.273
2036 - 2038	6.120	-	-	-	6.120	6.120
Total	330.527	41.024	38.362	10.624	382.175	368.889

Com base em estudos técnicos, a Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais nos exercícios indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O estudo foi examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019.

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

11. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	287.619	286.886	209.312	213.875

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o final do prazo da concessão.

12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos	31/03/2019	31/12/2018
Controladas em conjunto	273.470	224.406
Coligadas	1.712.408	1.688.537
Consolidado	1.985.878	1.912.943
Controladas	1.119.906	1.149.706
Controladora	3.105.784	3.062.649

Resultado de equivalência patrimonial	2019	2018
Controladas em conjunto	4.564	5.674
Coligadas	23.871	60.223
Consolidado	28.435	65.897
Controladas	52.181	30.122
Controladora	80.616	96.019

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Investimentos em controladas

	Quantidade total de ações		Participação - %	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
ATE III	448.500.000	588.500.000	100%	100%
SGT	10.457.000	10.457.000	100%	100%
MAR	118.220.000	87.416.000	100%	100%
MIR	150.830.000	144.092.000	100%	100%
JAN	40.645.000	38.948.000	100%	100%

Movimentação dos investimentos em controladas	ATE III (*)	SGT	MAR	MIR	JAN	SAN	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	630.814	22.219	66.448	32.078	10.373	-	761.932
Adoção inicial do CPC47	-	25.963	36.833	28.634	6.818	-	98.248
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(39.041)	-	-	-	(39.041)
Aumento de capital	-	-	54.042	39.931	22.350	-	116.323
Equivalência patrimonial	17.397	990	1.970	7.824	1.941	-	30.122
Saldos em 31 de março de 2018	648.211	49.172	120.252	108.467	41.482	-	967.584
Dividendos adicionais propostos de 2017	(16.701)	(1.305)	-	-	-	-	(18.006)
Dividendos intercalares	(12.508)	-	-	-	-	-	(12.508)
Dividendos obrigatórios de 2018	-	(540)	(3.544)	(18.417)	(4.991)	-	(27.492)
Aumento de capital	-	-	7.990	75.717	6.000	-	89.707
Equivalência patrimonial	45.910	1.172	12.952	71.088	19.299	-	150.421
Saldos em 31 de dezembro de 2018	664.912	48.499	137.650	236.855	61.790	-	1.149.706
Constituição do capital social	-	-	-	-	-	1	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	3.780	21.737	-	-	25.517
Aumento de capital	(140.000)	-	30.804	-	1.697	-	(107.499)
Equivalência patrimonial	15.496	1.101	4.668	31.626	(534)	(176)	52.181
Saldos em 31 de março de 2019	540.408	49.600	176.902	290.218	62.953	(175)	1.119.906

(*) Inclui a menos valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (Controladora).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
SAN	Constituição	11/01/2019	AGC	1
Constituição do capital social em 2019				1
ATE III	Redução de capital	06/11/2018	AGE	(140.000)
MAR	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	30.804
JAN	Aumento de capital	14/02/2019	AGE	1.697
Aumento (redução) de capital social em 2019				(107.499)
MAR	Adiantamento para futuro aumento de capital	16/02/2018	AGE	3.780
MIR	Adiantamento para futuro aumento de capital	30/01/2019	AGE	21.737
Adiantamento para futuro aumento de capital em 2019				25.517
SGT	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	540
MAR	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	3.544
MIR	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	18.417
JAN	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	4.991
Dividendos obrigatórios de 2018				27.492
MAR	Integralização de capital (baixa de AFAC)	16/02/2018	AGE	(39.041)
Integralização de capital em 2018				(39.041)
MAR	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	7.990
MAR	Aumento de capital	16/02/2018	AGE	54.042
MIR	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	55.650
MIR	Aumento de capital	21/12/2017	AGE	59.998
JAN	Aumento de capital	28/12/2018	AGE	4.000
JAN	Aumento de capital	01/06/2018	AGE	24.350
Aumento de capital em 2018				206.030
ATEIII	Dividendos intercalares em 2018	10/05/2018	AGE	12.508
Dividendos intercalares em 2018				12.508
ATEIII	Dividendos adicionais propostos de 2017	27/04/2018	AGO	16.701
SGT	Dividendos adicionais propostos de 2017	27/04/2018	AGO	1.305
Dividendos adicionais propostos de 2017				18.006

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A data de competência das demonstrações financeiras das controladas é 31 de dezembro de cada ano.

b) Investimentos em controladas em conjunto

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,58%	52,58%
BRAS	191.052.000	191.052.000	38,66%	38,66%
Aimorés	30.900.000	22.900.000	50,00%	50,00%
Paraguaçu	39.700.000	29.700.000	50,00%	50,00%
ERB1	70.000.000	45.000.000	50,00%	50,00%

Demais acionistas	
ETAU	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
BRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobrás") e Bipar Energia S.A. ("Bipar")
Aimorés, Ivaí(ERB1) e Paraguaçu	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP")

• Principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto: ETAU, Brasnorte, Paraguaçu, Aimorés e Ivaí (ERB1) - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Não houve mudanças nos acordos de acionistas neste período.

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto	ETAU (*)	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí (ERB1)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	67.776	96.078	3.661	5.039	9.056	181.610
Adoção inicial CPC 47	-	(8.648)	2.123	2.679	2.267	(1.579)
Aumento de capital	-	-	4.150	6.050	4.000	14.200
Equivalência patrimonial	1.948	1.942	468	681	635	5.674
Saldos em 31 de março de 2018	69.724	89.372	10.402	14.449	15.958	199.905
Dividendos adicionais propostos 2017	(7.637)	(2.131)	-	-	-	(9.768)
Aumento de capital	-	-	3.500	3.650	9.500	16.650
Equivalência patrimonial	6.559	4.605	5.126	1.199	2.737	20.226
Dividendos obrigatório de 2018	(93)	(2.514)	-	-	-	(2.607)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	68.553	89.332	19.028	19.298	28.195	224.406
Aumento de capital	-	-	7.000	12.500	25.000	44.500
Equivalência patrimonial	1.331	816	(581)	2.034	964	4.564
Saldos em 31 de março de 2019	69.884	90.148	25.447	33.832	54.159	273.470

(*) Inclui a mais valia reconhecida na aquisição, apresentada nas informações intermediárias individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado).

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
Aimorés	Aumento de capital	22/03/2019	RCA	7.000
Paraguaçu	Aumento de capital	22/03/2019	RCA	12.500
Ivaí (ERB1)	Aumento de capital	22/03/2019	RCA	25.000
	Aumento de capital em 2019			44.500
BRAS	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	2.514
ETAU	Dividendos obrigatórios de 2018	-	-	93
	Dividendos obrigatórios de 2018			2.607
ETAU	Dividendos adicionais propostos de 2017	27/04/2018	AGO	7.637
BRAS	Dividendos adicionais propostos de 2017	27/04/2018	AGO	2.131
	Aprovação dos dividendos adicionais em 2017			9.768
Ivaí (ERB1)	Aumento de capital	22/01/2018	RCA	2.500
Ivaí (ERB1)	Aumento de capital	02/03/2018	RCA	1.500
Ivaí (ERB1)	Aumento de capital	26/04/2018	RCA	1.750
Ivaí (ERB1)	Aumento de capital	14/09/2018	RCA	6.250
Ivaí (ERB1)	Aumento de capital	29/11/2018	RCA	1.500
Aimorés	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	2.900

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
Aimorés	Aumento de capital	02/03/2018	AGO	1.250
Aimorés	Aumento de capital	26/04/2018	RCA	1.750
Aimorés	Aumento de capital	29/11/2018	RCA	1.750
Paraguaçu	Aumento de capital	18/10/2017	AGE	3.550
Paraguaçu	Aumento de capital	02/03/2018	AGO	2.500
Paraguaçu	Aumento de capital	26/04/2018	RCA	2.400
Paraguaçu	Aumento de capital	29/11/2018	RCA	1.250
Aumento de capital em 2018				30.850

A data de competência das demonstrações financeiras das controladas em conjunto é 31 de dezembro de cada ano.

c) Investimentos em coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta e indireta)	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
<u>Coligadas diretas</u>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE	84.133.970	84.133.970	21,95%	21,95%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	24,00%	24,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	25,00%	25,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	24,50%	24,50%
EDTE	339.500	339.500	24,95%	24,95%
<u>Coligadas indiretas</u>				
STC	211.003.246	211.003.246	39,98%	39,98%
ESDE	50.176.097	50.176.097	49,98%	49,98%
Lumitrans	72.012.095	72.012.095	39,98%	39,98%
ETSE	92.943.000	92.943.000	19,09%	19,09%
EBTE	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE	84.133.970	84.133.970	28,04%	28,04%
ESTE	1.730.894	1.730.894	49,98%	49,98%
Transudeste	30.000.000	30.000.000	5,00%	5,00%
Transleste	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
Transirapé	22.340.490	22.340.490	5,00%	5,00%
EDTE	339.500	339.500	24,04%	24,04%

De acordo com o Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, assinado em 17 de maio de 2012, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, ocorrida em 31 de maio de 2013, salvo se previamente autorizado pela CEMIG. Durante este período, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

- Principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE - encontram-se nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Não houve mudanças no acordo de acionista neste período.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos em coligadas	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	EDTE	Trans- leste	Tran- sudeste	Tran- sirapé	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	673.414	176.264	51.771	420.158	64.372	146.519	-	21.219	16.536	29.072	1.599.325
Adoção inicial do CPC 47	363	-	5.492	-	-	10.875	-	-	-	-	16.730
Equivalência patrimonial	25.760	3.603	1.940	17.092	1.837	5.706	562	1.277	968	1.478	60.223
Ajuste de PPA	-	-	-	-	-	-	-	7.562	2.566	(10.128)	-
Dividendos adicionais propostos em 2017	(21.922)	-	-	(31.646)	(3.648)	(4.261)	-	-	-	-	(61.477)
Aquisição de participação	-	-	-	-	-	-	3.514	-	-	-	3.514
Saldos em 31 de março de 2018	677.615	179.867	59.203	405.604	62.561	158.839	4.076	30.058	20.070	20.422	1.618.315
Equivalência patrimonial	98.203	9.597	6.897	60.613	6.275	19.140	1.146	4.637	3.532	5.093	215.133
Dividendos adicionais propostos em 2017	(1)	-	-	-	-	-	-	(3.405)	(1.932)	-	(5.338)
Aumento/redução de Capital	-	-	-	-	(6.584)	-	7.044	-	-	-	460
Dividendos Intercalares de 2018	(40.753)	-	-	(26.082)	(3.530)	(8.928)	-	-	-	-	(79.293)
JCP Propostos de 2018	(23.215)	-	-	(12.059)	-	(5.344)	-	-	-	-	(40.618)
Dividendos - baixa de reservas de lucros	-	(17.150)	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.150)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(2.103)	-	-	-	-	(36)	-	(833)	(2.972)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	711.849	172.314	63.997	428.076	58.722	163.707	12.266	31.254	21.670	24.682	1.688.537
Equivalência patrimonial	11.825	3.715	(812)	12.971	928	(6.651)	1.601	471	464	(641)	23.871
Saldos em 31 de março de 2019	723.674	176.029	63.185	441.047	59.650	157.056	13.867	31.725	22.134	24.041	1.712.408

Investida	Principais eventos societários	Data da aprovação	Órgão	Montante
ECTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	2.103
TRANSLESTE	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	36
TRANSIRAPÉ	Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	833
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018				2.972
EATE	Dividendos intercalares de 2018	07/08/2018	RCA	40.753
ETEP	Dividendos intercalares de 2018	07/08/2018	RCA	8.928
ENTE	Dividendos intercalares de 2018	07/08/2018	RCA	26.082
ERTE	Dividendos intercalares de 2018	07/08/2018	RCA	3.530
Dividendos intercalares de 2018				79.293
EBTE	Dividendos - baixa de reserva de lucros	07/08/2018	AGE	12.250
EBTE	Dividendos - baixa de reserva de lucros	29/08/2018	AGE	2.450
EBTE	Dividendos - baixa de reserva de lucros	04/10/2018	AGE	2.450
Dividendos- baixa de reserva de lucros				17.150
EDTE	Aumento de capital	26/07/2018	RCA	2.977
ERTE	Redução de capital	21/08/2018	AGE	(6.584)
EDTE	Aumento de capital	26/10/2018	RCA	4.067
Aumento/redução de capital				460
EATE	Juros sobre capital próprio de 2018	04/10/2018	RCA	6.737
EATE	Juros sobre capital próprio de 2018	05/12/2018	RCA	16.478
ENTE	Juros sobre capital próprio de 2018	05/12/2018	RCA	12.059
ETEP	Juros sobre capital próprio de 2018	05/12/2018	RCA	5.344
Juros sobre capital próprio de 2018				40.618
EATE	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2018	AGOE	21.923
ETEP	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2018	AGOE	4.261
ENTE	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2018	AGOE	31.646
ERTE	Dividendos adicionais propostos de 2017	08/03/2017	AGOE	3.648
TRANSLESTE	Dividendos adicionais propostos de 2017	18/04/2018	AGOE	3.405
TRANSUDESTE	Dividendos adicionais propostos de 2017	18/04/2018	AGOE	1.932
Dividendos adicionais propostos de 2017				66.815

A data de competência das demonstrações financeiras das coligadas é 31 de dezembro de cada ano.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Conclusão da Compra da "IB" (nova razão social "EDTE") - Após a obtenção de anuência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 26/12/2017 e 20/12/2018 respectivamente, foi concluído a aquisição de 24,95% por parte da Companhia e 50,10% por parte da sua coligada, a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE"), do capital social da IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("IB"). A Taesa pagou R\$ 3.514 e a ENTE pagou R\$ 7.057 referente às ações adquiridas, incluindo todas as despesas diretamente relacionadas à implementação do objeto do contrato de concessão, comprovada e razoavelmente incorridas (proporcionais aos percentuais de aquisição da Taesa e da ENTE no capital social da IB). Os valores acima foram corrigidos pela variação da taxa CDI apurada entre 30 de agosto de 2017 e 26 de março de 2018. Com a conclusão da operação, a Taesa passa a deter direta e indiretamente 49,99% da IB, cujo empreendimento (Lote M) conectará as concessões Paraguaçu (Lote 3) e Aimorés (Lote 4) ao Sistema Interligado Nacional (SIN), reforçando. Em 26 de março de 2018 a AGE da IB autorizou a alteração de sua denominação social, de IB SPE Transmissora de Energia Elétrica S.A para EDTE – Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A.

d) Informações intermediárias resumidas

Informações intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo CPC.

Agregação das informações intermediárias - considerando que coligadas diretas em que a Taesa possui participação são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE e Transmineiras), a Companhia optou por agregar as Informações intermediárias para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	31/03/2019								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí(ERB1)	Subtotal	Grupo TBE	Trans- mineiras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	816	674	6.486	14.079	47.782	69.837	426.618	40.457	536.912
Ativo de contrato de concessão (i)	31.120	23.792	-	-	-	54.912	432.376	90.068	577.356
Outros ativos circulantes	19.016	17.635	1.614	1.074	96	39.435	137.892	14.863	192.190
Ativos circulantes	50.952	42.101	8.100	15.153	47.878	164.184	996.886	145.388	1.306.458
Ativo de contrato de concessão (i)	98.490	249.874	32.280	45.040	60.171	485.855	2.917.975	311.903	3.715.733
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	-	883.705	-	883.705
Outros ativos não circulantes	717	825	284	407	311	2.544	61.149	1.032	64.725
Ativos não circulantes	99.207	250.699	32.564	45.447	60.482	488.399	3.862.829	312.935	4.664.163
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	14.853	-	-	-	-	14.853	369.068	39.484	423.405
Outros passivos circulantes	4.915	9.107	1.055	1.540	5.651	22.268	150.155	24.110	196.533
Passivos circulantes	19.768	9.107	1.055	1.540	5.651	37.121	519.223	63.594	619.938
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	16.080	-	-	-	-	16.080	707.065	124.780	847.925
Impostos e contribuições diferidos	16.295	25.223	545	748	1.412	44.223	539.196	12.381	595.800
Tributos diferidos	6.149	23.540	2.982	4.162	5.563	42.396	165.313	11.384	219.093
Outros passivos não circulantes	1.303	1.774	46	46	46	3.215	96.567	9.977	109.759
Passivos não circulantes	39.827	50.537	3.573	4.956	7.021	105.914	1.508.141	158.522	1.772.577
Patrimônio líquido individual	90.564	233.156	36.036	54.104	95.688	509.548	2.832.351	236.207	3.578.106
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	47.622	90.148	18.018	27.052	47.844	230.684	1.274.686	57.995	1.563.365
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	22.262	-	7.429	6.780	6.315	42.786	359.822	19.905	422.513
Investimento total da Taesa	69.884	90.148	25.447	33.832	54.159	273.470	1.634.508	77.900	1.985.878

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balço patrimonial	31/12/2018								
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguauçu	Ivaí (ERB1)	Subtotal	Grupo TBE	Trans-mineiras	Total
Caixa e equivalentes de caixa	66	157	5.105	6.785	4.590	16.703	457.324	31.606	505.633
Ativo de Contrato de concessão (i)	30.760	23.522	-	-	-	54.282	581.618	97.331	733.231
Outros ativos circulantes	18.283	13.761	1.324	1.129	86	34.583	43.256	14.592	92.431
Ativos circulantes	49.109	37.440	6.429	7.914	4.676	105.568	1.082.198	143.529	1.331.295
Ativo de Contrato de concessão (i)	103.388	252.975	18.022	24.651	50.576	449.612	2.487.766	276.755	3.214.133
Investimentos em participações societárias	-	-	-	-	-	-	781.307	-	781.307
Outros ativos não circulantes	776	746	193	322	222	2.259	53.088	1.056	56.403
Ativos não circulantes	104.164	253.721	18.215	24.973	50.798	451.871	3.322.161	277.811	4.051.843
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	14.644	-	-	-	-	14.644	386.804	37.164	438.612
Outros passivos circulantes	10.073	9.313	672	1.077	4.664	25.799	165.190	11.513	202.502
Passivos circulantes	24.717	9.313	672	1.077	4.664	40.443	551.994	48.677	641.114
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	17.155	-	-	-	-	17.155	753.642	135.481	906.278
Impostos e contribuições diferidos	16.246	25.227	388	530	1.022	43.413	458.292	7.454	509.159
Tributos diferidos	6.335	23.751	1.667	2.280	4.679	38.712	139.888	21.781	200.381
Outros passivos não circulantes	1.571	1.823	-	-	-	3.394	94.596	7.715	105.705
Passivos não circulantes	41.307	50.801	2.055	2.810	5.701	102.674	1.446.418	172.431	1.721.523
Patrimônio líquido individual	87.249	231.047	21.917	29.000	45.109	414.322	2.405.947	200.232	3.020.501
Patrimônio líquido individual - participação da Taesa	45.879	89.332	10.960	14.500	22.555	183.226	1.077.837	49.170	1.310.233
Valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	22.674	-	8.068	4.798	5.640	41.180	533.094	28.436	602.710
Investimento total da Taesa	68.553	89.332	19.028	19.298	28.195	224.406	1.610.931	77.606	1.912.943

Demonstração do resultado	2019									
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguauçu	Ivaí(ERB1)	Subtotal	Grupo TBE	Trans-mineiras	Total	
Receita operacional líquida	6.965	7.169	12.942	18.508	8.710	54.294	470.797	23.168	548.259	
Custos e despesas	(1.234)	(1.326)	(12.749)	(18.290)	(7.984)	(41.583)	(42.992)	(2.297)	(86.872)	
Receitas financeiras	172	174	88	114	247	795	2.035	507	3.337	
Despesas financeiras	(887)	2	(6)	(9)	(2)	(902)	(14.703)	(2.928)	(18.533)	
Resultado financeiro	(715)	176	82	105	245	(107)	(12.668)	(2.421)	(15.196)	
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	102.817	-	102.817	
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(1.701)	(1.603)	(157)	(218)	(390)	(4.069)	(91.546)	(921)	(96.536)	
Resultado do período	3.315	4.416	118	105	581	8.535	426.408	17.529	452.472	
Resultado do período - participação da Taesa	1.743	1.707	59	53	291	3.853	196.850	4.305	205.008	
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	(412)	-	(640)	1.981	673	1.602	(173.273)	(4.011)	(175.682)	
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.331	1.707	(581)	2.034	964	5.455	23.577	294	29.326	

Demonstração do resultado	2018									
	ETAU	BRAS	Aimorés	Paraguauçu	Ivaí (ERB1)	Subtotal	Grupo TBE	Trans-mineiras	Total	
Receita operacional líquida	9.137	7.489	2.262	3.450	6.670	29.008	147.061	20.702	196.771	
Custos e despesas	(2.251)	(1.080)	(2.906)	(4.155)	(7.690)	(18.082)	(21.591)	(2.478)	(42.151)	
Receitas financeiras	106	70	75	91	68	410	2.348	467	3.225	
Despesas financeiras	(632)	(23)	(1)	(3)	(1)	(660)	(17.674)	(3.577)	(21.911)	
Resultado financeiro	(526)	47	74	88	67	(250)	(15.326)	(3.110)	(18.686)	
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	26.541	-	26.541	
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(2.158)	(1.434)	148	220	349	(2.875)	(19.283)	(835)	(22.993)	
Resultado do período	4.202	5.022	(422)	(397)	(604)	7.801	117.402	14.279	139.482	
Resultado do período - participação da Taesa	2.210	1.942	(211)	(199)	(302)	3.440	53.268	3.507	60.215	
Apropriação do valor justo alocado do ativo de contrato de concessão, líquido de impostos	(262)	-	679	880	937	2.234	3.232	216	5.682	
Resultado de equivalência patrimonial - Taesa	1.948	1.942	468	681	635	5.674	56.500	3.723	65.897	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Ativo de contrato de concessão

	31/03/2019	31/12/2018
ETAU	129.610	134.148
BRAS	273.666	276.497
Ivaí (ERB1)	60.171	50.576
Aimorés	32.280	18.022
Paraguaçu	45.040	24.651
Controladas em conjunto	540.767	503.894
EATE	1.327.322	1.221.355
EBTE	504.653	446.342
ECTE	274.699	264.954
ENTE	665.364	645.262
ERTE	190.039	183.543
ETEP	297.740	268.551
EDTE	90.534	39.377
Transleste	131.942	131.950
Transudeste	86.262	86.751
Transirapé	183.767	155.385
Coligadas diretas	3.752.322	3.443.470
	4.293.089	3.947.364

Reforços, subestações e linhas de transmissão em fase de construção

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (a)
Novas construções						
<u>AIMORÉS</u> LT 500 kV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 004/2017	R\$73.736	R\$341.118	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 171/2017. ADE da RFB nº 191/2017
<u>PARAGUAÇU</u> LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Implantação de linha de transmissão	Contrato Concessão 003/2017	R\$110.063	R\$505.595	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 181/2017. ADE da RFB nº 98/2017
<u>Ivaí (ERB1)</u> Guaíra - Sarandi - CD, C1 e C2; LT Foz do Iguaçu - Guaíra - CD, C1 e C2; Londrina - Sarandi, CD, C1 e C2; Sarandi - Paranavaí Norte, CD; Guaíra; SE Sarandi; SE Paranavaí Norte	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão 022/2017	R\$273.118	R\$1.936	Agosto de 2022	Portaria MME nº 355/2017, protocolada na RFB
<u>ESTE</u> Mesquita - João Neiva 2; SE João Neiva 2	Implantação de linhas de transmissão e subestação	Contrato Concessão 019/2017	R\$104.300	R\$485.841	Fevereiro de 2022	Portaria MME nº 216/2017. ADE da RFB-SP nº 167/2017
<u>EDTE</u> Ibicoara - Poções III; Poções III - Poções II CD, C1 e C2, 2 x 2,5 km; SE 500/230 kV Poções III - (3+1Res) x 200 MVA	Implantação de linhas de transmissão e ampliação das subestações associadas	Contrato Concessão 015/2018	R\$64.200	R\$367.948	Dezembro de 2019	Portaria MME nº 118/2017. ADE da RFB-SP nº 90/2017
Reforço						
<u>ETAU</u> SE Lagoa Vermelha II	Implantação Banco de Capacitor 230 kv-50MVA	REA nº 6.281, que altera o anexo I da REA 6.027 em 11/04/2017,	R\$1.507	R\$10.273	Entrou em operação comercial em 16/09/2018	Portaria MME nº 217 de 07/11/2016, e ADE da RFB nº60, de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Descrição	Resolução ANEEL	RAP	Custo de construção estimado (Capex Aneel)	Previsão de conclusão	REIDI (a)
		publicado no DOU em 17/04/2017				13/03/2017 - D.O.U de 15/03/2017

(a) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

(ii) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Concessão	Financiador	Vencimento final	Garantias	Encargos financeiros	31/03/2019	31/12/2018
ETAU	BNDES Finame Alston	Janeiro/2021	(g)	Taxa fixa 9,5%a.a.	140	160
	BNDES Finame Toshiba	Janeiro/2021	(e)	Taxa fixa 9,5%a.a.	1.648	1.872
	BNDES Automático	Agosto/2021	(b)	TJLP + 5,20% / SELIC + 3,76%	8.549	9.353
	BNDES Giro BNP Paribas	Agosto/2023 Dezembro/2019	(e) (a)	TLP + 2,78% 108% do CDI	10.393 10.203	10.379 10.035
Controladas em conjunto					30.933	31.799
EATE	Itaú	Março/2019		CDI + 1,15%	-	20.896
	Itaú	Agosto/2020		109,75% CDI	56.622	66.092
	Itaú	Setembro/2019	(a)	114% CDI	126.543	126.491
	Itaú	Setembro/2021		116% CDI	54.233	54.210
	Bradesco	Setembro/2022		107,75% CDI	53.242	57.027
Bradesco	Junho/2023		113,53% CDI	78.473	83.066	
EBTE	Bradesco	Junho/2023	(a)	113,83% CDI	93.067	98.511
ECTE	Itaú	Maio/2020		CDI + 2,15%	29.290	38.396
	Bradesco	Setembro/2022	(a)	107,75% CDI	74.727	74.693
ENTE	Itaú	Agosto/2020		109,75% CDI	88.316	103.088
	Itaú	Setembro/2019	(a)	114% CDI	28.096	28.078
	Itaú	Setembro/2021		116% CDI	12.042	12.033
ETEP	Itaú	Agosto/2020	(a)	109,75% CDI	24.567	28.676
	Bradesco	Junho/2023		113,22% CDI	44.787	44.761
EDTE	Santander	Dezembro/2028	(f)	IPCA + 5,29%	312.129	304.428
TRANS-LESTE	BDMG	Março/2025	(e)	10% a.a.	14.640	15.258
	BNB	Março/2025		9,5% a.a.	4.511	4.700
	Bradesco	Agosto/2020		109,75% CDI	19.689	22.952
	Bradesco	Setembro/2020		109,75% CDI	29.843	29.831
TRAN-SIRAPÉ	BDMG	Julho/2020		4,5% a.a.	176	209
	BDMG	Janeiro/2024		3,5% a.a.	11.532	12.127
	BDMG	Abril/2021	(d)	4,5% + TJLP	3.198	4.741
	BDMG	Outubro/2029		3,5% + TJLP	4.645	3.610
	BNDES	Abril/2026		6% + TJLP	3.540	3.694
	Bradesco	Setembro/2022	(a)	107,75% CDI	29.851	29.838
TRAN-SUDESTE	Bradesco	Setembro/2022	(a)	107,75% CDI	42.639	45.685
Coligadas diretas e indiretas					1.240.398	1.313.091
					1.271.331	1.344.890

- (a) Sem garantias.
 (b) Carta de Fiança, emitida pela Taesa, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado. O valor contratado foi de R\$13.619 e os recursos serão liberados mediante comprovação financeira.
 (c) Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos emergentes do contrato de concessão, fiança, fundo de liquidez e seguro garantia de obrigações públicas.
 (d) Penhor das ações da empresa detidas pela EATE e pela Transminas Holding S.A., constituição de conta-reserva e vinculação da receita da Companhia.
 (e) Carta de Fiança emitida pela TAESA, em favor do Banco Santander, formalizada em instrumento apartado, no limite de 52,6%, do valor de R\$125, proporcional a sua participação acionária.
 (f) Fiança proporcional da Alupar de 50,01% e da TAESA de 49,99% do montante total.

Captação de empréstimo da ETAU - BNDES Giro: Em 19 de julho de 2018 a ETAU assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES, cujo valor contratado foi de R\$10.273 que será pago em 60 parcelas, sendo o último vencimento em 15 de agosto de 2023. Em 17 de

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

outubro de 2018, a ETAU obteve junto ao BNDES a liberação de crédito bancário através do programa BNDES – Capital de Giro, o montante de R\$10.273.

Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes estavam cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, constituiu provisão para riscos trabalhistas em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Provisão para riscos	31/03/2019			31/12/2018		
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Cíveis	Trabalhistas	Total
ETAU	210	218	428	334	218	552
BRAS	216	-	216	216	-	216
Controladas em conjunto	426	218	644	550	218	768
EATE	-	176	176	-	176	176
ERTE	-	34	34	-	34	34
Coligadas diretas	-	210	210	-	210	210
	426	428	854	550	428	978

Existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, tributária e trabalhista, avaliados pelos assessores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

Passivos contingentes	31/03/2019	31/12/2018
ETAU	132	132
BRAS	5.147	5.147
Controladas em conjunto	5.279	5.279
EATE	13.245	13.245
EBTE	785	785
ENTE	755	755
ETEP	7	7
Coligadas diretas	14.792	14.792
	20.071	20.071

(iv) Receita Anual Permitida

Concessão	Ciclo 2018-2019 Resolução nº 2.408 de 26/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Ciclo 2017-2018 Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Ciclo 2016-2017 Resolução 2.098 de 28/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	48.001	(1.960)	46.041	46.039	(2.207)	43.832	42.527	(2.958)	39.569
BRAS	26.213	(838)	25.375	25.801	(1.374)	24.427	24.905	(396)	24.509
ENTE	234.740	(8.555)	226.185	225.130	(13.240)	211.890	221.644	(16.211)	205.433
EATE	227.207	(13.837)	213.370	354.280	(26.483)	327.797	422.270	(32.293)	389.977
EBTE	48.313	(1.577)	46.736	46.005	(2.480)	43.525	44.400	(3.208)	41.192
ECTE	49.564	(1.659)	47.905	47.529	(4.954)	42.575	79.723	(6.839)	72.884
ETEP	51.228	(2.159)	49.069	56.367	(5.645)	50.722	96.563	(7.037)	89.526
ERTE	52.687	(1.851)	50.836	50.533	(2.972)	47.561	49.750	(3.642)	46.108
STC	45.238	(3.522)	41.716	43.982	(1.574)	42.408	41.522	(1.512)	40.010

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Ciclo 2018-2019 Resolução nº 2.408 de 26/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019			Ciclo 2017-2018 Resolução nº 2.258 de 30/06/2017 Período: de 01/07/2017 a 30/06/2018			Ciclo 2016-2017 Resolução 2.098 de 28/06/2016 Período: de 01/07/2016 a 30/06/2017		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
Lumitrans	27.786	(917)	26.869	26.629	(1.553)	25.076	26.206	(1.918)	24.288
ESDE	13.471	(307)	13.164	13.097	(1.002)	12.095	12.640	(557)	12.083
ETSE	20.151	(2.292)	17.859	19.591	(1.229)	18.362	-	-	-
Transirapé	34.535	(1.173)	33.362	33.123	(1.585)	31.538	29.201	(1.412)	27.789
Transleste	42.543	(1.652)	40.891	40.804	(2.400)	38.404	40.172	(2.941)	37.231
Transudeste	26.369	(1.024)	25.345	25.291	(1.487)	23.804	24.899	(1.823)	23.076
TOTAL	948.046	(43.323)	904.723	1.054.201	(70.185)	984.016	1.156.422	(82.747)	1.073.675

13. PARTES RELACIONADAS

I - Outras Contas a Receber – OCR, Outras Contas a Pagar – OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias – CRCP:

a) Ativos e receitas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto						
1	OCR x Outras receitas - "back-office" - ETAU	R\$69 Valor mensal	25/01/2018 a 24/01/2023	Multa de 2% a.m / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Acordo para regularização de continuidade do pagamento em 23/01/2018, que teve validade a partir do final da vigência do contrato anterior, até a anuência da ANEEL ao pedido de renovação contratual.
2	OCR x Outras receitas - Serviços de engenharia do proprietário e gerenciamento de obra - ETAU	R\$68 Valor mensal	04/10/2017 a 04/07/2018	Juros de 1% a.m + Multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Não houve.	Contrato encerrado.
3	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ETAU (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCR x Outras receitas - "Back-office" - BRAS	R\$22 Valor mensal	14/04/2013 até 21/05/2023	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
5	Comodato de imóvel - BRAS	Não possui valor	A partir de 25/04/2008 por período indeterminado.	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
Transações entre a Taesa e suas controladas						

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
6	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MAR	R\$19 Valor mensal	17/11/2014 a 17/11/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	Contrato em processo de renovação.
7	OCR x Outras receitas - Serviços de operação - ATE III	R\$32 Valor mensal	01/03/2015 a 16/09/2017, retroagindo a set/2013, prorrogado por prazo indeterminado.	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a qualquer ressarcimento ou indenização, com antecedência mínima de 30 dias corridos.	A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
8	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$19 Valor mensal	05/05/2018 a 05/05/2019	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial	Contrato em processo de renovação.
9	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ATEIII (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
10	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$19 Valor mensal	08/09/2014 a 08/09/2018	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato em processo de renovação.
11	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 08/09/2021	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O contrato teve anuência da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
12	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - MIR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
13	OCR x disponibilidade s - CCI - JAN	R\$156 Valor mensa l	29/09/2017 até a extinção da concessão.	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser reincidido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.	Caso umas das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do código civil, o presente contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.
14	OCR x disponibilidade s - reembolso de despesas - JAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
15	CRCP x disponibilidade s - reembolso de despesas - SAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas

16	Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensa l	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Não houve.
----	---	---------------------------	--	--	---	------------

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Ativo		Receita	
		31/03/2019	31/12/2018	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Transações com controladas em conjunto					
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	69	63	210	206
2	Serviços de engenharia - Taesa x Etau	-	374	-	204
3	Reembolso de despesas Taesa x Etau	14	14	-	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x Brasnorte	36	30	159	86
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
16	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	80	-	240	156
		199	481	609	652

(*) Saldo existente registrado no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissionárias".

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Controladora			
		Ativo		Receita	
		31/03/2019	31/12/2018	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
	Transações com controladas em conjunto				
1	Serviços de "back-office" - Taesa x ETAU	69	63	210	206
2	Serviços de engenharia - Taesa x ETAU	-	374	-	204
3	Reembolso de despesas Taesa x ETAU	14	14	-	-
4	Serviços de "back-office"- Taesa x BRAS	36	30	159	86
	Transações com controladas				
6	Serviços de "back-office" - Taesa x MAR	27	25	81	77
7	Serviços de operação - Taesa x ATE III	42	42	127	114
8	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	26	26	78	76
9	Reembolso de despesas Taesa x ATEIII	-	9	-	-
10	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	24	24	74	71
11	Serviços de "back-office" - Taesa x MIR	47	47	142	136
12	Reembolso de despesas Taesa x Miracema	13	-	-	-
13	Compartilhamento de Instalações - CCI - Taesa x JAN	155	155	465	-
14	Reembolso de despesas Taesa x JAN	-	-	71	-
15	Reembolso de despesas Taesa x Sant'Ana	176	-	-	-
		629	809	1.407	970

b) Passivos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	OCP x Prestação de serviços "Data Center" - Ativas	R\$ 47 Valor mensal	29/09/2017 a 29/09/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de quaisquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	O presente contrato poderá ser renovado por períodos maiores mediante a assinatura de termos aditivos.
2	OCP x serviços prestados - Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Axxiom	R\$1.318 Valor total do contrato	02/09/2016 - término indeterminado	Juros de 1% ao mês.	Não houve.	Não houve.
3	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	19/03/2012 - término indeterminado.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCP x Serviços prestados - CCI - TAESA (ETEO e ATE) - CTEEP	R\$ 11 valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Multa de 2% Atualização pelo IGP-M.	Não houve.	Taxa de conservação poderá ser ajustada a qualquer tempo, de comum acordo, em caso de alteração significativa nos custos.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes

Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas

5	OCP x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$ 3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
6	OCP x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$36 Valor mensal	10/07/2014 a 10/07/2019	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Não houve.
7	OCP x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.	O pagamento do valor mensal será devido a partir do início da operação comercial.

Transações entre a Taesa e sua Controladora

8	OCP X Investimento – aquisição Transmineiras – Valor Adicional -CEMIG	Parcela única de R\$12.883	Quando da obtenção de decisão favorável por parte das Transmineiras nos processos judiciais.	Varição acumulada de 100% CDI a partir de 01/01/2017 até o dia útil anterior ao pagamento.	Não houve.	Vide nota explicativa nº10 – Investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas.
---	---	----------------------------	--	--	------------	---

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo. Não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado e não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

R E F	Contratos e outras transações	Consolidado			
		Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2019	31/12/2018	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	154	94
2	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axxiom	19	-	19	-
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	437	394
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	113	97
4	Compartilhamento de instalações - CCI - Taesa (ETEO)	-	-	83	-
4	Compartilhamento de instalações - CCI - Taesa (ATE) x CTEEP	-	-	261	-
Transações entre as controladas e empresas ligadas					
5	CCI - SGT x CEMIG GT	4	4	11	15
6	O&M - SGT x CEMIG GT	43	-	144	139
7	CCI - MAR x CEMIG GT	-	-	7	-
Transações entre Taesa e sua controladora					
8	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X	12.883	-	-	-
		12.949	12.887	1.229	739

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R E F	Contratos e outras transações	Controladora			
		Passivo		Custos e Despesas	
		31/03/2019	31/12/2018	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2018 a 31/03/2018
Transações entre a Taesa e empresas ligadas					
1	Data Center - Taesa x Ativas	-	-	154	94
2	Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema MeGA - Taesa x Axxiom	19	-	19	-
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - despesa	-	-	422	375
3	Previdência privada - Taesa x Forluz - custo	-	-	108	92
4	CCI - Taesa (ETEO) x CTEEP	-	-	83	-
4	CCI - Taesa (ATE) x CTEEP	-	-	261	-
Transações entre Taesa e sua controladora					
8	Aquisição Transmineiras - Valor Adicional - Taesa X	12.883	12.883	-	-
		12.902	12.883	1.047	561

II - Fundo de renda fixa - Pampulha - são classificadas na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários. A Taesa é cotista do Fundo Pampulha, que detém aplicações em títulos emitidos por empresas relacionadas à Companhia:

Título	Emissor	Data Vencimento	Taxas	Consolidado		Controladora		Taxa efetiva de rentabilidade	
				31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Aplicações em fundo de investimento não exclusivo (Grupo Taesa e Grupo Cemig)									
Debêntures	CEMIG GT	25/10/2019	151% do CDI	7.429	4.222	5.108	2.434	2,25%	9,66%
Debêntures	ETAU	01/12/2019	108% do CDI	2.795	1.598	1.921	921	1,61%	6,91%
Debêntures	CEMIG GT	24/10/2019	151% do CDI	7.435	4.225	5.112	2.436	2,25%	9,66%
NC	LIGHT	22/01/2019	CDI +3,5%	-	1.139	-	656	-	10,12%
				17.659	11.184	12.141	6.447		

III - Dividendos e JCP a pagar e a receber

Dividendos e JCP a receber	31/12/2018			Adição (a)		Recebimento		31/03/2019		
	Divi- dendos	JCP	Total	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Total
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>										
ETAU	93	-	93	-	-	-	-	93	-	93
BRAS	2.514	-	2.514	-	-	-	-	2.514	-	2.514
EATE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
EBTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECTE	2.103	-	2.103	-	-	-	-	2.103	-	2.103
ENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ERTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ETEP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TRANSESTE	37	-	37	-	-	-	-	37	-	37
TRANSIRAPÉ	833	-	833	-	-	-	-	833	-	833
TRANSUDESTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Consolidado	5.580	-	5.580	-	-	-	-	5.580	-	5.580
<i>Controladas</i>										
ATE III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SGT	5.631	-	5.631	-	-	-	-	5.631	-	5.631
MAR	4.350	-	4.350	-	-	-	-	4.350	-	4.350
MIR	18.417	-	18.417	-	-	-	-	18.417	-	18.417
JAN	4.991	-	4.991	-	-	-	-	4.991	-	4.991
Controladora	38.969	-	38.969	-	-	-	-	38.969	-	38.969

Dividendos e JCP a receber	31/12/2017			Adição (a)		Recebimento		31/12/2018		
	Divi- dendos	JCP	Total	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Divi- dendos	JCP	Total
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>										

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dividendos e JCP a receber	31/12/2017			Adição (a)		Recebimento		31/12/2018		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
ETAU	6.067	-	6.067	7.730	-	(13.704)	-	93	-	93
BRAS	2.131	-	2.131	4.645	-	(4.262)	-	2.514	-	2.514
EATE	-	-	-	62.676	23.215	(62.676)	(23.215)	-	-	-
EBTE	3.486	-	3.486	17.150	-	(20.636)	-	-	-	-
ECTE	4.773	-	4.773	2.103	-	(4.773)	-	2.103	-	2.103
ENTE	-	-	-	57.728	12.059	(57.728)	(12.059)	-	-	-
ERTE	-	-	-	7.178	-	(7.178)	-	-	-	-
ETEP	-	-	-	13.189	5.344	(13.189)	(5.344)	-	-	-
TRANSLESTE	1.302	-	1.302	3.441	-	(4.706)	-	37	-	37
TRANSIRAPÉ	-	-	-	833	-	-	-	833	-	833
TRANSUDESTE	940	-	940	1.932	-	(2.872)	-	-	-	-
Consolidado	18.699	-	18.699	178.605	40.618	(191.724)	(40.618)	5.580	-	5.580
Controladas										
ATE III	-	-	-	29.209	-	(29.209)	-	-	-	-
SGT	3.786	-	3.786	1.845	-	-	-	5.631	-	5.631
MAR	806	-	806	3.544	-	-	-	4.350	-	4.350
MIR	-	-	-	18.417	-	-	-	18.417	-	18.417
JAN	-	-	-	4.991	-	-	-	4.991	-	4.991
Controladora	23.291	-	23.291	236.611	40.618	(220.933)	(40.618)	38.969	-	38.969

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2018			Adição (a)		Pagamento		31/03/2019		
	Dividendo	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cemig	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Controladores (b)	5	2	7	-	-	-	-	5	2	7
	5	2	7	-	-	-	-	5	2	7

Dividendos e JCP a pagar	31/12/2017			Adição (a)		Pagamento		31/12/2018		
	Dividendo	JCP	Total	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Dividendos	JCP	Total
Consolidado e Controladora										
ISA	-	-	-	101.829	41.042	(101.829)	(41.042)	-	-	-
Cemig	-	-	-	148.341	59.789	(148.341)	(59.789)	-	-	-
Não Controladores (b)	4	2	6	434.197	175.007	(434.196)	(175.007)	5	2	7
	4	2	6	684.367	275.838	(684.366)	(275.838)	5	2	7

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios, adicionais propostos aprovados pela AGO, intercalares e aos juros sobre capital próprio a receber, que são apresentados líquidos do imposto de renda retido na fonte. Os juros sobre capital próprio a pagar são apresentados brutos do imposto de renda retido na fonte.

(b) Dividendos e JCP a pagar a acionistas não controladores, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

Pagamento de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
Dividendos intercalares	2018	06/11/2018	CA	22/11/2018	245.134	0,23719	0,23719
Dividendos intercalares	2018	06/08/2018	CA	20/08/2018	91.825	0,08884	0,08884
Dividendos intercalares	2018	09/05/2018	CA	21/05/2018	188.082	0,18199	0,18199
Dividendos Adicionais propostos	2017	26/04/2018	AGO	09/05/2018	159.325	0,15416	0,15416
					684.366		
Juros sobre capital próprio	2018	12/12/2018	CA	28/12/2018	137.550	0,13309	0,13309
Juros sobre capital próprio	2018	06/08/2018	CA	20/08/2018	72.524	0,07017	0,07017
Juros sobre capital próprio	2018	09/05/2018	CA	30/05/2018	41.724	0,04037	0,04037
Juros sobre capital próprio	2018	09/05/2018	CA	22/05/2018	14.255	0,01379	0,01379
Juros sobre capital próprio	2018	09/05/2018	CA	21/05/2018	9.785	0,00947	0,00947

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pagamento de dividendos e JCP (*)	Exercício de competência	Data de aprovação	Órgão de aprovação	Data de pagamento	Valor aprovado	Valor por ação ON	Valor por ação PN
					275.838		

(*) Os dividendos intercalares e os juros sobre capital próprio pagos foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

IV - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - classificadas no Resultado – despesa de pessoal

Proporção da remuneração total	2019		2018	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	71%	29%	64%	36%

(*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: Participação nos Lucros e Resultados, Cessação do Cargo.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de membros remunerados (**)	21	21	4	4	10	10
Remuneração fixa (***)	817	655	1.422	1.491	136	126
Salário ou pró-labore	712	546	808	870	113	104
Benefícios diretos e indiretos	-	-	156	129	-	-
Encargos	105	109	282	355	23	22
Provisões	-	-	176	137	-	-
Remuneração variável	-	-	591	825	-	-
Participação nos resultados	-	-	591	825	-	-
Benefícios motivados pela cessação do cargo	817	655	2.013	2.316	136	126

(**) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares.

(***) O custo da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de membros efetivos	11	11	4	4	5	5
Número de membros suplentes	11	10	-	-	5	5
Maior remuneração individual no período (mensal)	18	17	211	382	9	9
Menor remuneração individual no período (mensal)	9	8	147	313	9	9
Remuneração individual média no período (mensal)	13	13 (****)	168	341	9	9

(****) A média de remuneração foi calculada por dezessete membros, pois um Conselheiro de Administração suplente abdicou do pró-labore e outros três Conselheiros de Administração (dois titulares e um suplente), que recebem em dólar e trimestralmente, que não foram contemplados nesse trimestre, sendo regularizado no mês de abril.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Financiador	Concessão	Captação				Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura	Tipo	Valor contratado recebido	Vencimento final	
Moeda nacional-R\$⁽¹⁾						
BNDES FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNB - FNE	JAN	19/09/2018	Financiamento	-	15/10/2038	Taxa de fundos onstitucionais (TFC) a.m. pro-rata
SANTANDER – NP	MIR	12/02/2019	1ª série-série única	30.000	11/08/2019	105% CDI a.a.
Moeda estrangeira-US\$⁽²⁾						
Citibank - Contrato B (Repactuação)	Taesa	11/05/2018	Lei 4.131/62	350.000	10/05/2023	Libor + 0,34% a.a.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

¹ Empréstimos mensurados ao custo amortizado.

² Empréstimo mensurado ao valor justo.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos - Consolidado									
Financiador	31/12/2018	Captação/ custos de captação	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2019	Circu- lante	Não circu- lante
BNDES-FINAME	27.948	-	188	-	(190)	(1.622)	26.324	6.521	19.803
Citibank Contrato B (Repactuação)	382.787	-	12.489	(6.290)	(3.190)	-	385.796	1.862	383.934
Controladora	410.735	-	12.677	(6.290)	(3.380)	(1.622)	412.120	8.383	403.737
BNDES-FINAME	9.796	-	58	-	(59)	(612)	9.183	2.455	6.728
SANTANDER - NP ⁽²⁾	-	29.858	320	-	-	-	30.178	30.178	-
Consolidado	420.531	29.858	13.055	(6.290)	(3.439)	(2.234)	451.481	41.016	410.465
Citibank "swap" ⁽¹⁾	(29.853)	-	(6.873)	6.290	(2.427)	-	(32.863)	-	(32.863)
Controladora e Consolidado	(29.853)	-	(6.873)	6.290	(2.427)	-	(32.863)	-	(32.863)
Controladora	380.882	-	5.804	-	(5.807)	(1.622)	379.257	8.383	370.874
Consolidado	390.678	29.858	6.182	-	(5.866)	(2.234)	418.618	41.016	377.602

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos									
Financiador	31/12/2017	Captação	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2018	Circu- lante	Não circu- lante
BNDES-FINAME	34.800	-	915	-	(928)	(6.839)	27.948	6.522	21.426
Citibank - Contrato B (Repactuação)	321.718	-	28.190	(9.568)	(5.435)	(334.905)	-	-	-
Citibank Contrato B (Repactuação)	-	350.000	39.896	(1.007)	(6.101)	(1)	382.787	1.772	381.015
Controladora	356.518	350.000	69.001	(10.575)	(12.464)	(341.745)	410.735	8.294	402.441
BNDES-FINAME	12.246	-	276	-	(280)	(2.446)	9.796	2.457	7.339
Consolidado	368.764	350.000	69.277	(10.575)	(12.744)	(344.191)	420.531	10.751	409.780
Citibank "swap" Contrato B (Repactuação) ⁽¹⁾	34.243	-	(18.983)	3.606	(3.772)	(15.094)	-	-	-
Citibank "swap" ⁽¹⁾	-	-	(25.153)	1.008	(5.708)	-	(29.853)	-	(29.853)
Controladora e Consolidado	34.243	-	(44.136)	4.614	(9.480)	(15.094)	(29.853)	-	(29.853)
Controladora	390.761	350.000	24.865	(5.961)	(21.944)	(356.839)	380.882	8.294	372.588
Consolidado	403.007	350.000	25.141	(5.961)	(22.224)	(359.285)	390.678	10.751	379.927

¹ Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo.

² Captação no valor de R\$30.000 custos de captação no valor de R\$391.

Parcelas vencíveis por indexador - Consolidado									
Indexador	Circulante	Não circulante							Total
		2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Subtotal	
Taxa fixa	8.975	6.703	8.937	8.899	1.957	36	-	26.532	35.507
Libor + Dólar	1.863	-	-	-	383.933	-	-	383.933	385.796
CDI	30.178	-	-	-	-	-	-	-	30.178
	41.016	6.703	8.937	8.899	385.890	36	-	410.465	451.481

Repactuação do empréstimo com o Citibank - Em 11 de maio de 2018, a Companhia repactuou o Credit Agreement, assinado em 7 de abril de 2014, e aditado em 7 de abril de 2017 e 29 de março de 2016, com o Citibank, N.A., alterando a data de vencimento da dívida para 10 de maio de 2023 e sua taxa de juros para Libor + 0,34% a.a. Com a repactuação do Credit Agreement, a Companhia contratou um novo swap cambial com o Citibank conforme a seguir:

Contrato B - Repactuação	Dívida	Swap
Montante	USD 98.591	R\$350.000 ²
Vencimento	10/05/2023	10/05/2023
Custo da Dívida	(Libor 3 meses + Spread: 0,34 % a.a)	Ponta ativa Companhia: (Libor 3 meses + Spread: 0,34% a.a) * 1,17647 ¹ Ponta passiva Citibank: 106,00% CDI
Juros	Trimestrais	Trimestrais
Amortização ³	Bullet	Bullet

¹ O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

² Valores convertidos para real (R\$) com base na paridade inicial da operação R\$/US\$: 3,55.

³ Regime de amortização "Bullet" - É o regime no qual se amortiza o saldo total de principal na data de vencimento do empréstimo.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Com essa repactuação, a Taesa alongou o prazo médio da sua dívida ao mesmo tempo em que reduziu a taxa de juros em Real do Credit Agreement de 114% para 106% do CDI.

Os contratos de empréstimos, financiamentos e notas promissóras possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de março de 2019, as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes, exceto o contrato de financiamento da JAN junto ao BNB: Contrato de Cessão Fiduciário de Direitos e Créditos, Contrato de cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Concessão, Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes, Contrato de Penhor de Ações, Alienação Fiduciária das Máquinas e Equipamentos, conta reserva de (O&M) equivalente a 3 (três) vezes a parcela mensal e Fiança Corporativa da Taesa. A Taesa é avalista (co-devedora) na emissão das notas promissórias de Miracema.

15. DEBÊNTURES

Financiadores	Movimentação de debêntures							
	31/12/2018	Captação/custo de emissão	Juros e variação monetária/custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/03/2019	Circulante	Não circulante
Itaú BBA - 3ª emissão	1.792.102	-	41.884	-	-	1.833.986	425.085	1.408.901
Itaú BBA/BB/ Santander - 4ª emissão	556.827	-	11.381	(9.214)	-	558.994	5.332	553.662
BB/Safra/Bradesco - 5ª emissão	530.495	-	15.202	-	-	545.697	19.670	526.027
Controladora	2.879.424	-	68.467	(9.214)	-	2.938.677	450.087	2.488.590
BTG/Santander/XP - 1ª emissão	-	209.997	2.604	-	-	212.601	-	212.601
Consolidado	2.879.424	209.997	71.071	(9.214)	-	3.151.278	450.087	2.701.191

Financiadores	Movimentação de debêntures							
	31/12/2017	Captação/custo de emissão	Juros e variação monetária/custos de emissão (*)	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2018	Circulante	Não circulante
Itaú BBA - 3ª emissão	2.093.427	-	184.402	(105.524)	(380.203)	1.792.102	399.047	1.393.055
Itaú BBA/BB/ Santander - 4ª emissão	542.969	(32)	43.274	(29.384)	-	556.827	6.879	549.948
BB/Safra/Bradesco - 5ª emissão	-	510.974	19.521	-	-	530.495	11.603	518.892
Controladora	2.636.396	510.942	247.197	(134.908)	(380.203)	2.879.424	417.529	2.461.895

(*) A amortização dos custos de emissão de debêntures foi de R\$1.094 em 31 de março de 2019 (R\$1.927 em 31 de março de 2018).

Parcelas vencíveis por indexador - Consolidado	Circulante	Não circulante						Após 2024	Subtotal	Total
		2020	2021	2022	2023	2024				
CDI	819	287.669	-	-	-	-	-	287.669	288.488	
IPCA	453.645	386.694	256.046	280.802	400.971	672.533	446.166	2.443.212	2.896.857	
(-) Custos de emissão a amortizar	(4.377)	(3.265)	(4.044)	(4.768)	(4.263)	(2.812)	(10.538)	(29.690)	(34.067)	
	450.087	671.098	252.002	276.034	396.708	669.721	435.628	2.701.191	3.151.278	

Características	Itaú BBA (3ª emissão) - Taesa	Itaú BBA/BB/Santander (4ª emissão) - Taesa	BB/Safra/Bradesco (5ª emissão) - Taesa	BTG/Santander/XP (1ª emissão) - JAN
Data da emissão	15 de outubro de 2012	15 de setembro de 2017	15 de julho de 2018	11 de janeiro de 2019
Emissão/preço	Emissão de 2.160.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série - valor total de R\$2.160.000	Emissão de 542.669 debêntures com valor nominal unitário de R\$1, sendo 255.000 da 1ª série e 287.669 da 2ª série - valor total de R\$ 542.669	Emissão de 525.772 debêntures com valor nominal unitário de R\$1 (Série incentivada) - valor total de R\$ 525.772	Emissão de 224.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (Série única) - valor total de R\$ 224.000

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Características	Itaú BBA (3ª emissão) - Taesa	Itaú BBA/BB/Santander (4ª emissão) - Taesa	BB/Safra/Bradesco (5ª emissão) - Taesa	BTG/Santander/XP (1ª emissão) - JAN
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Garantias	Não há garantias	Não há garantias	Não há garantias	Com garantia fidejussória adicional
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	
Prazo e data de vencimento	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017) 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020) 3ª série: doze anos (15 de outubro de 2024)	1ª série: sete anos (15 de setembro de 2024). 2ª série: três anos (15 de setembro de 2020).	1ª série: sete anos (15 de julho de 2025)	1ª série: sete anos (15 de julho de 2033)
Códigos dos Ativos	TAE13 / TAE23 / TAE33	TAES14 / TAES24	TAES15	JTEE11
Atualização monetária	1ª série: não será atualizada 2ª e 3ª séries: atualizadas pelo IPCA	1ª série: será atualizada com base na variação do IPCA.	1ª série: será atualizada com base na variação do IPCA	1ª série: será atualizada com base na variação do IPCA
Remuneração	1ª série: CDI + 0,78% 2ª série: IPCA + 4,85% 3ª série: IPCA + 5,10%	1ª série: IPCA + 4,41% 2ª série: 105% do CDI	1ª série: IPCA + 5,9526%	1ª série: IPCA + 4,5%
Data de pagamento dos juros	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano; o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.	1ª série: anualmente, no dia 15 do mês de setembro de cada ano 2ª série: semestralmente, no dia 15 dos meses de março e setembro de cada ano.	1ª série: anualmente, no dia 15 do mês de julho de cada ano	1ª série: semestral, nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.
Prazo de amortização	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.	1ª série: duas parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15 de setembro de 2023. 2ª série: Bullet, com vencimento em 15 de setembro de 2017.	1ª série: duas parcelas, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2024.	1ª série: semestral, nos dias 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano.
Data de aprovação em AGE	17 de setembro de 2012.	20 de março de 2017.	28 de maio de 2018	08 de janeiro de 2019
Outras informações	Os recursos foram transferidos para a Taesa nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, no valor de R\$2.174.389, já corrigido desde a data de emissão. O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados, que em conjunto com os recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral da 4ª e 5ª emissões das notas promissórias, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas.	Os recursos foram transferidos para a Taesa no dia 09 de outubro de 2017, no valor de R\$542.700 (R\$287.700 Série Institucional e R\$255.000 Série Incentivada) já corrigido desde a data de emissão. O custo estimado da emissão das debêntures foi de R\$ 9.347, representando 1,72% dos recursos captados. Os recursos da 1ª série, serão utilizados exclusivamente para os projetos de Mariana e Miracema. Na 2ª série, os recursos foram utilizados para pagamento da 1ª	Os recursos foram transferidos para a Taesa no dia 17 de julho de 2018, no valor de R\$525.772 (Série Incentivada) já corrigido desde a data de emissão. O custo estimado da emissão das debêntures foi de R\$ 15.899, representando 3,02% dos recursos captados. Os recursos da 1ª série, serão utilizados exclusivamente para os projetos de Janaúba, Aimorés e Paraguaçu.	Os recursos foram transferidos para a Janaúba no dia 20 de fevereiro de 2019, no valor de R\$224.000 (Série única) já corrigido desde a data de emissão. O custo estimado da emissão das debêntures foi de R\$ 14.189, representando 6,33% dos recursos captados. Os recursos da 1ª série, serão utilizados exclusivamente para os projetos de Janaúba, relativo ao lote 17 do Leilão de Transmissão nº 013/2015 - ANEEL.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Características	Itaú BBA (3ª emissão) - Taesa	Itaú BBA/BB/Santander (4ª emissão) - Taesa série da 3ª emissão de debêntures.	BB/Safra/Bradesco (5ª emissão) - Taesa	BTG/Santander/XP (1ª emissão) - JAN
-----------------	----------------------------------	---	--	--

Os contratos da 3ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures da Taesa e da 1ª emissão de debêntures de Janaúba, possuem cláusulas restritivas "covenants" não financeiras de vencimento antecipado.

Em 31 de março de 2019, todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

16. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os saldos apresentados em 31 de março de 2019 possuem depósito judicial no valor de R\$7.623. Os saldos referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de servidão administrativa, reclamação de horas extras e execuções fiscais referente a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL e CSRF) não homologadas pela RFB.

Mutação das provisões	31/12/2018	Adições	Baixa	Reversões (a)	31/03/2019
Trabalhistas	3.833	543	-	(522)	3.854
Tributários	13.939	-	-	-	13.939
Cíveis	5.085	96	(18)	(26)	5.137
Controladora	22.857	639	(18)	(548)	22.930
Trabalhistas	3.993	543	-	(646)	3.890
Tributários	13.939	-	-	-	13.939
Cíveis	10.543	178	(172)	(28)	10.521
Consolidado	28.475	721	(172)	(674)	28.350

Mutação das provisões	31/12/2017	Adições	Baixa	Reversões (a)	31/12/2018
Trabalhistas	1.124	2.794	-	(85)	3.833
Tributários	2.592	11.347	-	-	13.939
Cíveis	5.956	2.110	(2.462)	(519)	5.085
Controladora	9.672	16.251	(2.462)	(604)	22.857
Trabalhistas	1.284	2.794	-	(85)	3.993
Tributários	2.592	11.347	-	-	13.939
Cíveis	11.011	2.726	(2.503)	(691)	10.543
Consolidado	14.887	16.867	(2.503)	(776)	28.475

(a) As reversões ocorreram, basicamente, em razão do encerramento de diversos processos trabalhistas, tributários e cíveis, sem que houvesse a necessidade de realização do pagamento, portanto, convertendo os valores em favor da Companhia e suas controladas.

Passivos contingentes

	31/03/2019				31/12/2018			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Taesa	2.889	163.908	12.566	179.363	2.245	196.956	11.978	211.179
ATE III	-	5.877	5.952	11.829	-	5.877	5.952	11.829
	2.889	169.785	18.518	191.192	2.245	202.833	17.930	223.008

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos tributários, por meio de processos tributários e manifestações de inconformidade:

Taesa-TSN - supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$23.848 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Taesa-NVT - auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles COFINS e IRPJ, totalizando R\$5.013 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

Taesa-ETEO - supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$69.470 em 31 de março de 2019 (R\$69.470 em 31 de dezembro de 2018). São dois processos referentes a dedutibilidade das despesas de amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. ("Lovina") pela aquisição da ETEO: um relativo ao auto de infração, lavrado em 2012, no ano-calendário 2008, no valor aproximado de R\$39.403 e outro relativo ao auto de infração lavrado de 2014, referente aos anos-calendários 2009 e 2010, valor aproximado de R\$68.737. O primeiro processo foi arquivado em maio de 2018 e o segundo aguarda o julgamento do Recurso Voluntário interposto contra a decisão desfavorável proferida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.

Taesa-NTE - ação anulatória de débito tributário, Manifestações de inconformidade e execuções fiscais às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ, IRRF, CSRF e CSLL, totalizando R\$7.270 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, sendo o valor de R\$5.448, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATE - supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRRF, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.150 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-STE - execuções fiscais referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$4.368 em 31 de março de 2019, relativo aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa (R\$5.898 e R\$4.368 em 31 de dezembro de 2018).

Taesa-ATE II - ações declaratórias e manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$3.631 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, sendo R\$2.465 relativos aos processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa.

Taesa-ATEII/TSN - ação anulatória ajuizada com vistas a anular o auto de infração expedido pela ANEEL nº 0027/2015, oriundo da fiscalização realizada a fim de verificar causas e consequências na LT Ribeiro Gonçalves - São João do Piauí das falhas provocadas por queimadas na faixa de servidão, no montante de R\$2.401 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O processo está concluso ao magistrado aguardando sentença.

ATE III - processos tributários originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa e execuções fiscais para exigência de ICMS, totalizando o valor de

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

R\$5.183 em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. A ATE III figura no polo passivo de processo administrativo tributário que objetiva a glosa de despesas, com a consequente redução da base do prejuízo fiscal e negativa de CSLL e IRPJ, impactando em R\$1.117 o passivo contingente da Companhia.

Outros assuntos relevantes: Fiscalização Ágio Atlântico/Alterosa - Em 31 de maio de 2017, a Taesa recebeu carta da RFB que solicitou esclarecimentos e documentação acerca das exclusões nos montantes de R\$98.621 e R\$108.036 registradas no código 152 (ágio), declaradas no e-lalur e e-lacs de 2014 e 2015. A Companhia apresentou, tempestivamente, as informações requeridas pelo Auditor Tributário. Em 13.09.2018, a Taesa foi intimada do Termo de Início de Procedimento Fiscal, referente ao IRPJ e CSLL não recolhidos no período de apuração de janeiro de 2014 a dezembro de 2015, ante a dedução da base de cálculo dos valores referentes ao ágio oriundo da operação de aquisição da TERNÁ por CEMIG e FIP. A Companhia está em processo de envio dos documentos solicitados pelo DEMAC – Delegacia de Maiores Contribuintes.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.535, sendo representado por 590.714.069 ações ordinárias e 442.782.652 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.500, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais, cujas deliberações serão tomadas na forma da legislação aplicável e deste Estatuto Social.

As ações preferenciais possuem as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade com cada ação ordinária; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de Controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições por ação ordinária do bloco de Controle.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição acionária em 31 de março de 2019 e em 31 de dezembro de 2018								
	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Bloco de controle (*)	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade (**)	%	Quantidade	%
CEMIG	218.370.005	36,97	5.646.184	1,28	224.016.189	21,68	215.546.913	58,36%
ISA	153.775.790	26,03	-	-	153.775.790	14,88	153.775.790	41,64%
Free Float	218.568.274	37,00	437.136.468	98,72	655.704.742	63,44	-	-
	590.714.069	100,00	442.782.652	100,00	1.033.496.721	100,00	369.322.703	100,00

(*) Existem 2.823.092 ações ordinárias e 5.646.184 ações preferenciais que não estão no bloco de ações porque estão em garantia nas obrigações assumidas pela CEMIG na operação envolvendo o Redentor Fundo de Investimento em Participações.

(**) A movimentação de 6(seis) ações do "Free Float" para o Controlador CEMIG, entre os períodos de 31 de dezembro de 2017 e 31 de março de 2019, refere-se à correção das contas de custódia do acionista pelo banco custodiante.

b) Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido, apurada em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social quando acrescido do montante das reservas de capital conforme §1 da referida lei.

c) Reserva de incentivo fiscal - incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Bahia, Maranhão, Tocantins, Goiás e no Distrito Federal, concedidos pela SUDAM e SUDENE, no montante de R\$10.870 em 31 de março de 2019 e R\$48.613 em 31 de dezembro 2018. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação, considerando as restrições previstas nos respectivos laudos constitutivos e a legislação fiscal vigente.

d) Reserva especial de ágio - com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal utilizado pela Companhia até em 31 de março de 2019 foi de R\$263.981 (R\$257.005 até 31 de dezembro 2018).

e) Remuneração dos acionistas - o estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. Os juros sobre capital próprio são calculados com base no saldo do patrimônio líquido, limitado à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O efetivo pagamento ou crédito dos juros sobre capital próprio fica condicionado a existência de lucros (lucro líquido do exercício após a dedução da contribuição social sobre o lucro líquido e antes da dedução da provisão para o imposto de renda), computados antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reservas de lucros em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. Os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

Destinação do lucro do exercício	31/12/2018
Lucro líquido do exercício (1)	1.071.305
Adoção inicial do CPC 47 - lucros acumulados (2)	113.400
Reserva legal (5%) - (3) = (1) * 5%	(53.565)
Reserva de incentivo fiscal (4)	(48.613)
Lucro líquido do exercício ajustado - (1)+(3)+(4)	969.127
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,46886 por ação ordinária e preferencial em 2018 e R\$0,28686 por ação ordinária e preferencial em 2017 - em R\$)	484.564
Dividendos intercalares pagos (R\$0,50802 por ação ordinária e preferencial em 2018 e R\$0,14047 por ação ordinária e preferencial em 2017 - em R\$)	(525.042)
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,26690 por ação ordinária e preferencial em 2018 e R\$0,27908 por ação ordinária e preferencial em 2017 - em R\$)	(275.838)
	(800.880)
IRRF efetivo sobre juros sobre o capital próprio	37.683
Dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(763.197)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,05532 por ação ordinária e preferencial em 2018 e R\$0,15416 por ação ordinária e preferencial em 2017 - em R\$)	(57.170)
Reserva especial	(224.477)
Resumo das destinações:	
Reservas	(326.655)
Dividendos e juros sobre capital próprio (R\$0,83024 por ação ordinária e preferencial em 2018 e R\$0,57371 por ação ordinária e preferencial em 2017 - em R\$)	(858.050)
	(1.184.705)

18. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ e CSLL correntes	(22.369)	(47.377)	(20.883)	(44.949)
IRPJ e CSLL diferidos	(8.005)	1.031	(3.259)	4.461
	(30.374)	(46.346)	(24.142)	(40.488)

Conciliação da taxa efetiva de IRPJ e CSLL - Lucro Real	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos impostos	189.956	277.572	183.724	271.714
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(64.585)	(94.374)	(62.466)	(92.383)
Equivalência patrimonial	9.668	22.405	27.410	32.646
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	13.851	21.679	10.870	18.331
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	1.439	1.292	1.439	1.292
Outros	9.253	2.652	(1.395)	(374)
Despesa de IRPJ e CSLL	(30.374)	(46.346)	(24.142)	(40.488)
Alíquota efetiva	16%	17%	13%	15%

Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE

A Companhia e sua controlada ATE III possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão. Tais benefícios possuem algumas obrigações, dentre as quais destacamos: (a) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude deste benefício; (b) constituição de reserva de incentivos fiscais com valor resultante deste benefício, ao qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital; e (c) aplicação do benefício obtido em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Concessão	Órgão Autorizativo	Laudo constitutivo	Localidade	Prazo
Controladora				
TSN	SUDENE	139/2014	BA e GO	31/12/2023
Novatrans	SUDAM	207/2014	TO, MA e DF	31/12/2023
Gtesa	SUDENE	143/2014	PB e PE	31/12/2023
Munirah	SUDENE	138/2014	BA	31/12/2023
ATE II	SUDENE e SUDAM	38/2007 e 237/2017	TO, PI, MA e BA	31/12/2017 e 31/12/2026 (*)
Patesa	SUDENE	100/2016	RN	31/12/2025 (**)
Controladas				
ATE III	SUDAM	222/2018	PA e TO	31/12/2027
MIRACEMA	SUDAM	(***)	TO	(***)

(*) Benefício aprovado pela SUDENE por meio do Laudo nº 0237/2017 e homologado pela Receita Federal. O benefício por parte da área incentivada pela SUDAM, aprovado pelo laudo 38/2007, está em fase de renovação.

(**) Benefício aprovado pela SUDENE através do Laudo nº 100/2016 e protocolado na Receita Federal em 3 de outubro de 2016. Devido ao decurso do prazo para manifestação pela RFB, a Patesa obteve o reconhecimento tácito do incentivo fiscal, reconhecendo os efeitos do benefício em julho de 2017.

(***) Conforme Resolução nº 221, de 22/06/2018, a SUDAM reconhece o direito ao incentivo, e na ocasião da entrada em operação do empreendimento a investida apresentará as informações necessárias para emissão do laudo constitutivo, com o objetivo da concessão do benefício, que terá a duração de 10 (dez) anos a partir da liberação do laudo, limitada a vigência do benefício.

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 31 de março de 2019 é de aproximadamente 56,49% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas.

A Companhia e sua controlada ATE III não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas aos seus benefícios fiscais.

Benefício fiscal - NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos tinham validade até o ano 2013, com as mesmas obrigações e restrições dos laudos constitutivos acima. A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela RFB, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não ter formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

artigo 60 da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento. Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento desse processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, por meio de seus assessores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012) até 31 de dezembro de 2013 (prazo de vigência deste benefício), a Companhia somente usufruirá de tal redução no valor de R\$14.308 após o desfecho do processo.

19. COBERTURA DE SEGUROS

A Taesa e suas controladas adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, e possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de o fato das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia e suas controladas mantêm apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500, galpões e estoques, e possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - "Director and Officer - D&O" e de frota.

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Límite máximo de indenização	DM - Valor em risco (a)	Indenização integral	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	Chubb Seguros do Brasil	20/09/18 a 19/09/19	10.000	-	-	91
Risco Operacional	Sompo Seguros	19/11/18 a 18/11/19	-	645.825	-	2.389
Seguro Veículos - Frota	Tokio Marine	24/12/18 a 23/12/19	-	-	100% Tabela FIPE	157
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Zurich Seguradora	19/09/18 a 18/09/19	15.000	-	-	20

(a) DM - Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Seguro garantia de fiel cumprimento

As controladas MAR, MIR e JAN contrataram seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Concessão	Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
MAR	13/2013	Junto Seguros S.A	24/03/2019 a 30/03/2020	5.350
MIR	13/2015 – 1ª etapa	Austral Seguradora S.A	27/06/2016 a 24/09/2020	27.548
JAN	13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo de revisão dos nossos auditores independentes.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**20.1 Estrutura de gerenciamento de riscos**

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

20.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, e patrimônio líquido.

20.3 Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Títulos e valores mobiliários	1.179.909	802.943	887.743	635.501
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	20.592	20.044	19.366	18.832
Custo amortizado:				
- Caixa e Bancos	289	825	236	648
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	159.649	172.818	148.862	161.115
	1.360.439	996.630	1.056.207	816.096
Passivos financeiros				
Valor justo por meio do resultado:				
- Empréstimos e financiamentos	385.796	382.787	385.796	382.787
- Instrumentos financeiros derivativos	(32.863)	(29.853)	(32.863)	(29.853)
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:				
- Fornecedores	36.912	58.314	15.843	35.262

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
- Empréstimos e financiamentos	35.507	37.744	26.324	27.948
- Debêntures	3.151.278	2.879.424	2.938.677	2.879.424
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	26.032	35.768	23.691	32.874
	3.602.662	3.364.184	3.357.468	3.328.442

20.4 Risco de mercado**20.4.1 Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía 12,2% (R\$385.796) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

20.4.2 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 14 – Empréstimos e Financiamentos e nº 15 – Debêntures.

20.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

	"Swap" cambial Citibank - Repactuação
Valor de referência (nocional) em 31/03/2019	US\$ 94.340
Valor de referência (nocional) em 31/12/2018	US\$ 94.340

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 1,99%) ⁽¹⁾ 1,17647
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	114,0% CDI
Vencimento em	20/09/2019
Ponta ativa em 31/03/2019	385.796
Ponta passiva 31/03/2019	(352.933)
"Swap" ativo (passivo) em 31/03/2019 ⁽²⁾	32.863
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2018 ⁽²⁾	29.853
Valor a receber (a pagar) em 31/03/2019	32.863
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2018	29.853
Valor justo em 31/03/2019	32.863
Valor justo em 31/12/2018	29.853
Ganhos (perdas) em 31/03/2019	583
Ganhos (perdas) em 31/03/2018	(3.792)

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial.

20.6 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/03/2019 Anualizado
CDI (i)	6,50%	8,13%	9,75%	6,40%
IPCA (i)	3,98%	4,98%	5,97%	6,17%
Libor (ii)	2,5620%	3,2025%	3,8430%	2,7939%
PTAX - Dólar (i)	3,7200	4,6500	5,5800	3,8967

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 03 de maio de 2019.

(ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 03 de maio de 2019.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/03/2019	Efeito no lucro antes dos impostos - 2019- aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção - Consolidado				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	1.200.501	277	4.753	9.179
<u>Passivos financeiros</u>				
Debêntures				
- CDI	288.488	(67)	(1.142)	(2.206)
- IPCA	2.896.857	63.315	34.491	5.667
		63.525	38.102	12.640
Sem proteção - Controladora				
<u>Ativos financeiros</u>				

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/03/2019	Efeito no lucro antes dos impostos - 2019- aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	907.110	209	3.592	6.936
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	288.488	(67)	(1.142)	(2.206)
- IPCA	2.896.857	63.315	34.491	5.667
		63.457	36.941	10.397
Com proteção – Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- Libor	385.796	(2.471)	(5.560)	(8.649)
- Dólar	385.796	19.555	(72.005)	(163.566)
Derivativos				
Ponta ativa - Libor	(385.796)	2.471	5.560	8.649
Ponta ativa - Dólar	(385.796)	(19.555)	72.005	163.566
Ponta passiva - CDI	352.934	(82)	(1.398)	(2.699)
Efeito líquido		(82)	(1.398)	(2.699)

20.7 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

20.8 Gestão do risco de liquidez

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	-	-	507.195	2.255.305	1.324.704	4.087.204
Prefixada	829	1.654	7.333	27.660	23	37.499
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.815	21.176	113.272	-	140.263
Consolidado	829	7.469	535.704	2.396.237	1.324.727	4.264.966
Pós-fixada	-	-	507.195	2.255.305	1.324.704	4.087.204
Prefixada	605	1.208	5.353	20.693	23	27.882
Instrumentos financeiros derivativos	-	5.815	21.176	113.272	-	140.263
Controladora	605	7.023	533.724	2.389.270	1.324.727	4.255.349

20.9 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado podem depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor. Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

20.10 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no período findo em 31 de março de 2019.

20.10.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/03/2019	31/12/2018	Hierarquia do valor justo
Consolidado e Controladora				
Empréstimos e financiamentos	14	385.796	382.787	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	14	(32.863)	(29.853)	Nível 2
Passivos financeiros		352.933	352.934	

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20.10.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/03/2019		31/12/2018		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Consolidado						
Debêntures - Passivos financeiros	15	3.151.278	3.301.685	2.879.424	2.927.641	Nível 2
Controladora						
Debêntures - Passivos financeiros	15	2.938.677	3.089.271	2.879.424	2.927.641	Nível 2

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório. Com exceção da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

21. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	2019	2018
Resultado do período	159.582	231.226
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	91.212	132.161
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (*)	590.714	590.714
Resultado do período proporcional às ações preferenciais (3)	68.370	99.065
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (*)	442.783	442.783
Resultado por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	0,15441	0,22373
Resultado por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	0,15441	0,22373

(*) Quantidade em lotes de 1.000 ações.

(**) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração do ativo de contrato de concessão	124.740	127.771	114.642	117.161
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(2.380)	68.855	(6.339)	62.710
Operação e manutenção	145.918	139.641	134.969	128.994
Construção e indenização	111.768	38.136	7.978	3.601
Parcela variável (a)	869	(3.597)	1.079	(2.674)
Outras receitas	2.637	1.317	3.134	1.976
Receita operacional bruta	383.552	372.123	255.463	311.768
PIS e COFINS correntes	(20.040)	(21.984)	(17.073)	(19.061)
PIS e COFINS diferidos	(733)	4.029	4.563	4.982
ISS	(45)	(45)	(45)	(45)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Encargos setoriais (b)	(20.484)	(20.157)	(19.181)	(18.923)
Deduções da receita	(41.302)	(38.157)	(31.736)	(33.047)
Receita operacional líquida	342.250	333.966	223.727	278.721

(a) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão.

(b) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta	383.552	372.123	255.463	311.768
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	52.871	35.241	53.871	56.716
Receita operacional bruta tributável	436.423	407.364	309.334	368.484

23. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Remuneração direta	(17.664)	(15.660)	(16.767)	(14.686)
Benefícios	(8.975)	(8.440)	(8.314)	(7.929)
FGTS e INSS	(6.103)	(5.464)	(5.753)	(5.072)
Pessoal	(32.742)	(29.564)	(30.834)	(27.687)
Materiais e serviços de engenharia	(63.470)	(23.978)	(7.118)	(5.917)
Serviços de terceiros	(11.730)	(10.115)	(11.190)	(9.308)
Depreciação e amortização	(3.386)	(1.484)	(3.334)	(1.484)
Outros custos e despesas operacionais	(5.223)	(5.202)	(4.887)	(4.810)
Total custos e despesas	(116.551)	(70.343)	(57.363)	(49.206)

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, vigilância e serviços de engenharia.

Custos com materiais: custos de aquisição de materiais, serviços prestados e outros custos utilizados na fase de construção e na manutenção das linhas de transmissão.

Outros custos operacionais: custos com aluguéis, combustível, seguros, reembolso de custos e perda na alienação de bens.

Despesas com serviços de terceiros: despesas com consultorias, serviços gráficos, comunicação, manutenção de veículos, viagens e auditoria.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: despesas com taxas, contribuições, ganhos na alienação de bens, aluguéis, indenizações, doações, patrocínios e compensação ambiental.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Rendimentos de aplicação financeira	15.892	11.599	13.490	9.232
Receitas financeiras	15.892	11.599	13.490	9.232
Empréstimos e financiamentos				
- Juros incorridos	(3.847)	(3.737)	(3.469)	(3.665)

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
- Variação cambial	(9.208)	(2.830)	(9.208)	(2.830)
- Ajuste ao valor justo	6.290	5.126	6.290	5.126
	(6.765)	(1.441)	(6.387)	(1.369)
Debêntures				
- Juros incorridos	(39.843)	(33.308)	(38.547)	(33.308)
- Variações monetárias	(31.228)	(24.476)	(29.920)	(24.476)
	(71.071)	(57.784)	(68.467)	(57.784)
Instrumentos financeiros derivativos				
- Juros incorridos	(2.335)	(3.185)	(2.335)	(3.185)
- Variação cambial	9.208	2.830	9.208	2.830
- Ajuste ao valor justo	(6.290)	(3.437)	(6.290)	(3.437)
	583	(3.792)	583	(3.792)
Total das despesas financeiras atreladas às dívidas	(77.253)	(63.017)	(74.271)	(62.945)
Arrendamento	(763)	-	(746)	-
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.054)	(530)	(1.729)	(107)
Despesas Financeiras	(80.070)	(63.547)	(76.746)	(63.052)
	(64.178)	(51.948)	(63.256)	(53.820)

Despesas financeiras atreladas às dívidas - por tipo	Consolidado		Controladora	
	2019	2018	2019	2018
Juros incorridos	(46.025)	(40.230)	(44.351)	(40.158)
Variação monetária	(31.228)	(24.476)	(29.920)	(24.476)
Ajuste ao valor justo	-	1.689	-	1.689
	(77.253)	(63.017)	(74.271)	(62.945)

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de março de 2019, 87% do quadro efetivo de empregados da Companhia e de suas controladas ATE III, MIR e JAN participavam do Plano Taesaprev (91% em 31 de dezembro de 2018).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 13.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, Patesa, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da LT e da SE de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE (manutenção de parte da LT e da SE Açailândia) e ENTE (manutenção da SE de Açailândia e da LT), ETSE e BRAS.
Realizada pela Eletronorte	EATE (operação de toda a concessão e manutenção de parte da LT e das SE's), ENTE (SE's Tucuruí e Marabá e a operação de toda concessão), ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria).

Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Operação e manutenção	Concessões
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela CEMIG GT	ESDE, SGT, Transleste, Transirapé e Transudeste (SE Juiz de Fora 1 e LT)
Realizada por Furnas	Transudeste (SE Itutinga)

Compensação ambiental

Os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável. As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar".

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas a Companhia e suas investidas					
Empresa	Trecho	Licença de Operação nº	Data de emissão	Vencimento	
Taesa (NVT)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	384/2004	23/05/2003	06/09/2021	
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO		17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA		06/09/2011	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/2002	27/08/2018	27/08/2028	
Taesa (Munirah)	Camaçari II - Sapeaçu	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	(b)
Taesa (Gtesa)	Goianinha - Mussurú SE Norfil	339/2003	26/06/2015	26/06/2025	
		198/2017	31/01/2017	31/01/2019	(d)
Taesa (Patesa)	Paraíso - Açú	2015-093170/TEC/RLO-0872	28/04/2016	28/04/2019	(a)
	Seccionamento Paraíso-Açú Lagoa Nova II	2014-072326 TEC/LS 0062	30/09/2016	19/08/2020	
Taesa (ETEO)	Taquaraçu - Sumaré	00026/2008	13/06/2008	13/06/2014	(c)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande Xingó - Angelim	349/2003	23/12/2015	23/12/2025	
		350/2003	23/12/2015	23/12/2025	
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/2005	29/02/2012	29/02/2022	
Taesa (STE)	Uruguaiana - Santa Rosa	01845/2017-DL	31/03/2017	31/03/2022	
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/2006	01/02/2016	01/02/2026	
ATE III	Itacaiunas - Colinas Marabá - Carajás	753/2008	17/06/2008	17/06/2012	(a)
		10275/2016	28/12/2016	17/12/2021	

- (a) Renovação solicitada ao IBAMA e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).
 (b) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.
 (c) Renovação solicitada à CETESB e válida até a sua manifestação.
 (d) Renovação solicitada à SUDEMA e válida até a sua manifestação.

Aspectos ambientais MAR – Em 06 de março de 2017 foi emitida a Licença Prévia do empreendimento. Em julho de 2017 foi requerida a Licença de Instalação à Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM/MG). Em 21 de dezembro de 2018 foi aprovada pelo Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM/MG), a emissão concomitante das Licenças de Instalação e Operação. A entrada em operação está prevista para dezembro de 2019.

Aspectos ambientais MIR – Em 27 de janeiro de 2017 os estudos ambientais foram protocolados no Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins. Foram emitidas as seguintes licenças: Instalação: 15 de maio de 2017 - SE Miracema e SE Lajeado, 04 de julho de 2017 - LT 230 kV, 29 de setembro de 2017 - SE Palmas; Prévia: 31 de julho - LT 500 kV. A previsão para a solicitação da LO é agosto de 2019.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DE 31 de março de 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aspectos ambientais JAN - Em 28 de abril de 2017 a Companhia obteve o Termo de Referência para elaboração do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), para requerimento da Licença Prévia (LP). Foram obtidas todas as certidões (anuências) de uso do solo junto aos municípios interceptados. O estudo ambiental foi protocolado no IBAMA em 18 de dezembro de 2017. Em 03 de setembro de 2018 foi emitida a Licença Prévia. A previsão para emissão da Licença de Instalação é 2019.

Solicitação de pagamento referente ao vencimento antecipado de Carta de Fiança Bancária - Em 29 de junho de 2017, a Companhia interpôs Ação de Execução de Título Executivo Extrajudicial em face ao Banco Votorantim, solicitando o pagamento do montante de R\$30.000, referente ao vencimento antecipado da Carta de Fiança emitida pela instituição bancária, em razão da não renovação da garantia pela Abengoa, objetivando o ressarcimento das perdas sofridas, conforme previsto no Instrumento de Compra e Venda de Ações celebrado entre a TAESA e a Abengoa. A sentença extinguiu o processo sem resolução de mérito, acolhendo a preliminar de convenção de arbitragem alegada pelo Banco Votorantim, ao argumento de que os efeitos da cláusula compromissória do contrato principal se estenderiam ao contrato de fiança. Processo aguardando o julgamento do Recurso Especial interposto.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Leilão Eletrobrás 01/2018 – transferência das ações das “Transmineiras”-Em 13 de maio de 2019 a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo julgou o Agravo de Instrumento nº 2051956-60.2019.8.26.0000, negando provimento ao mesmo, desta forma cassando o efeito suspensivo anteriormente concedido à Transminas Holding S.A., o qual impedia a transferência definitiva de parte das ações de emissão das sociedades Transirapé, Transleste e Transudeste (em conjunto “Transmineiras”) à Taesa, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado com a Eletrobrás em 14 de março de 2019. A Companhia ressalta que a consumação de cada transação está, ainda, sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais para este tipo de transação.

Licença de Instalação (“LI”) – Paraguçu e Ivaí - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”) expediu a LI referente às instalações da Interligação Elétrica Paraguçu S.A. (“Paraguçu”) em 08 de maio de 2019 e a LI referente às instalações da Interligação Elétrica Ivaí S.A em 02 de maio de 2019. Com a obtenção das licenças, a Paraguçu e a Aimorés estão autorizadas a iniciar as obras deste empreendimento.

Alteração do Estatuto Social - Taesa - Na AGOE realizada em 29 de abril de 2019, foram alterados os artigos 12 (§1º), 15 (caput) e 19 do estatuto social da Companhia, que consistem em: (a) excluir a previsão de membros suplentes na composição do Conselho de Administração da Companhia, (b) aumentar o número de conselheiros titulares, dos atuais 11 (onze) membros para 13 (treze) membros titulares, e (c) outorgar a competência de aprovação do regimento interno do Conselho de Administração ao próprio Conselho de Administração da Companhia. Foi aprovada também a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir, em um documento único, a redação em vigor.

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018 - A AGO de 29 de abril de 2018 aprovou a destinação do Lucro Líquido de 2018 descrito na nota explicativa nº 17 - Patrimônio Líquido. Os dividendos adicionais propostos a pagar no valor de R\$57.170 serão pagos no dia 14 de maio de 2019 com base na posição acionária de 03 de maio de 2019.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Licença de Instalação ("LI") – Aimorés - Em 23 de abril de 2019 o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") expediu a LI referente às instalações da Interligação Elétrica Aimorés S.A. ("Aimorés"). Com a obtenção da licença, a Aimorés está autorizada a iniciar as obras deste empreendimento.

6ª Emissão de Debêntures - Em 17 de abril de 2019 o Conselho de Administração da Taesa aprovou duas séries na 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, sendo a primeira série da espécie quirografária no valor de R\$ 850.000 e a segunda série da espécie com garantia real no valor de R\$ 210.000.

Leilão Eletrobrás 01/2018 – ETAU/BRAS - Em 11 de abril de 2019, o CADE emitiu, após o prazo legal recursal de 15 dias, as certidões de trânsito em julgado e arquivamento dos processos, tornando definitiva a decisão que aprovou sem restrições a aquisição das ações da Brasnorte (representando participação societária de 49,71% do capital total) e das ações da ETAU (representando participação societária de 23,03% do capital total).

Conclusão da compra da participação da Eletrobrás na ETAU - Em 15 de março de 2019 a Taesa pagou a primeira parcela da compra no valor de R\$1.675 e em 29 de abril de 2019 foi concluída a compra, quando a Taesa pagou a segunda parcela do contrato no valor de R\$31.205 e passou a ser titular de mais 23,0355% do capital social total e votante da ETAU, totalizando 75,6193% do capital social total e votante da ETAU. Nesta mesma data as partes assinaram o termo lavrado no Livro de Transferência de Ações Nominativas da Taesa, a fim de formalizar a transferência das Ações pela Eletrobrás à Taesa, e a Eletrobrás entregou as vias originais das cartas de renúncia apresentadas pelos diretores, pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da ETAU indicados pela Eletrobrás. Os dividendos referentes às ações que vierem a ser declarados e/ou distribuídos pela ETAU com base no lucro líquido ajustado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 serão exclusivamente atribuíveis à Taesa, não cabendo qualquer parcela à Eletrobrás.

Licença Prévia e Licença de Instalação - Ivaí - No dia 10 de abril de 2019, o Instituto Ambiental do Paraná ("IAP") emitiu a Licença Prévia ("LP") e a Licença de Instalação ("LI") para as instalações da Interligação Elétrica Ivaí ("Ivaí"). A LP obtida é referente à linha de transmissão 525 kV Foz do Iguazu - Guaíra, circuitos duplos (CD) de 173 km; LT 525 kV Guaíra - Sarandí, CD de 266 km; LT 525 kV Sarandí - Londrina, CD de 75 km e Subestação Guaíra 525/230 kV. A LI obtida refere-se à Subestação Sarandí de 525/230 kV.

Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS
DE 31 de março de 2019**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Diretoria	
Diretores	Cargo
Raul Lycurgo Leite	Diretor Presidente
Marcus Pereira Aucélio	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Técnico
José Aloise Ragone Filho	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico e Regulatório

Conselho de Administração
Titulares
José Mari/a Rabelo (CEMIG)
Antônio Dirceu Araújo Xavier (CEMIG)
Daniel Faria Costa (CEMIG)
Paulo Mota Henriques (CEMIG)
José João Abdalla Filho (CEMIG)
Carlos da Costa Parcias Junior (membro independente)
François Moreau (membro independente)
Bernardo Vargas Gibsone (ISA)
César Augusto Ramírez Rojas (ISA)
Fernando Augusto Rojas Pinto (ISA)
Fernando Bunker Gentil (ISA)
Celso Maia de Barros (membro independente)
Hermes Jorge Chipp (membro independente)

Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Custódio Antonio de Mattos (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna (CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	João Henrique de Souza Brum (ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários ordinaristas)	Renato Venícius da Silva (acionistas minoritários ordinaristas)
Marcello Joaquim Pacheco (acionistas minoritários preferencialistas)	Alberto Jorge Oliveira da Costa (acionistas minoritários preferencialistas)

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim financial reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 4 às informações intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência da mudança de política contábil introduzida pelo CPC 47 – Receita de contrato com clientes (IFRS15 – Revenue from contract with customer), os valores correspondentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ 090174/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2019, findo em 31 de março de 2019, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019.

Raul Lycurgo Leite

Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

José Aloise Ragone Filho

Diretor de Negócios e Gestão de Participações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 1º trimestre de 2019, findo em 31 de março de 2019, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 14 maio de 2019.

Raul Lycurgo Leite

Diretor Presidente e Diretor Jurídico e Regulatório

Marcus Pereira Aucélio

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria

Diretor Técnico

José Aloise Ragone Filho

Diretor de Negócios e Gestão de Participações